

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ – SC
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

CRISTIAN RENATO VON BORSTEL

**DA IMPRENSA AO VOTO:
A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960 NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO**

**CHAPECÓ
2021**

CRISTIAN RENATO VON BORSTEL

**DA IMPRENSA AO VOTO:
A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960 NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título de graduado em História

Orientador: Prof^a. Dr^a. Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Borstel, Cristian Renato Von

Da Imprensa ao Voto: A eleição presidencial de 1960 nas páginas do jornal folha de são paulo / Cristian Renato Von Borstel. -- 2021.

54 f.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. História Política. 2. História da Imprensa. 3. História do Brasil. 4. História Cultural. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CRISTIAN RENATO VON BORSTEL

DA IMPRENSA AO VOTO:

A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960 NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em História da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito
para obtenção do título de graduado em História

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 18/10/2021

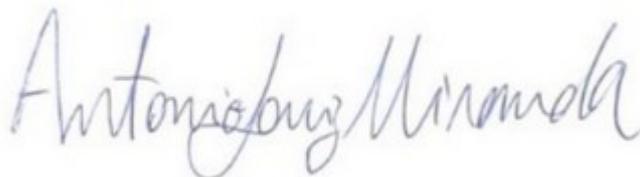
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino
Avaliador



Prof. Dr. Antônio Luiz Miranda
Avaliador

Dedico esse trabalho ao meu pai Ilto Renato
Von Borstel (in memoriam), com todo o meu
amor e gratidão

AGRADECIMENTOS

À Minha mãe Ivone e minha esposa Daily pelo apoio e por tudo o que sempre fizeram por mim.

Aos amigos Luciano e Rubem pela inspiração e por todas as contribuições (acadêmicas ou não), que me fortaleceram e incentivaram a continuar sempre.

Aos professores Claiton e Samira pelos momentos de orientação, amizade e incentivo durante o caminho dessa pesquisa acadêmica e por ajudarem a superar minhas dificuldades e limitações neste percurso.

RESUMO

A eleição presidencial brasileira realizada no ano de 1960 registra a última vez em que o povo brasileiro pode ir às urnas para eleger democraticamente um presidente antes do Golpe Civil-Militar de 1964. O presente trabalho tem como objetivo, compreender a atuação da imprensa escrita dentro do contexto político brasileiro do início da década de 1960, e como ela influenciou no resultado das urnas. Para alcançar os objetivos da pesquisa foram utilizadas, através da História Política, fontes jornalísticas publicadas pelo jornal Folha de São Paulo entre os anos de 1959 e 1961. As forças políticas reorganizadas pela redemocratização do país em 1945 tencionaram o cenário político nacional durante toda a década de 1950, influenciadas por fatores externos inseridos no contexto da Guerra Fria. Sendo assim, a imprensa refletiu e assimilou as aspirações desses grupos políticos, influenciando, por consequência, toda a opinião pública brasileira durante e depois do período aqui abordado.

Palavras-chave: Democracia; Eleições; Imprensa Escrita

ABSTRACT

The Brazilian presidential election held in 1960 records the last time the Brazilian people can go to the ballot box to democratically elect a president before the Civil-Military Coup of 1964. The present work aims to understand the performance of the written press within the Brazilian political context of the early 1960s, and how it influenced the results of the polls. To achieve the research objectives, journalistic sources published by the newspaper Folha de São Paulo between 1959 and 1961 were used through Political History. The political forces reorganized by the country's redemocratization in 1945 strained the national political scenario throughout the 1950s, influenced by external factors inserted in the context of the Cold War. Thus, the press reflected and assimilated the aspirations of these political groups, consequently influencing all Brazilian public opinion during and after the period discussed here.

Keywords: Democracy; Elections; Written Press.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO: O BRASIL DE 1945 A 1960.....	13
2.1	O FIM DO ESTADO NOVO E O GOVERNO DUTRA.....	13
2.2	GETÚLIO VARGAS: DA ELEIÇÃO AO SUICÍDIO.....	17
2.3	JK: ELEIÇÃO E O “GOLPE LEGALISTA” DE LOTT.....	25
2.4	O GOVERNO JK: 1956 – 1960.....	27
3	A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960 ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO.....	30
3.1	A TRAJETÓRIA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO: 1921-1960.....	30
3.2	A FOLHA DE SÃO PAULO E O PERÍODO PRÉ ELEITORAL: 1959-1960.....	35
3.4	A CAMPANHA ELEITORAL NA FOLHA.....	39
3.4	RUPTURAS E CONTINUIDADES: UMA ANÁLISE POLÍTICA PARA ALÉM DA DÉCADA DE 1960.....	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
	FONTES.....	51

1 INTRODUÇÃO

A História política brasileira é permeada por crises e rupturas institucionais. Ao realizarmos um recorte temporal, desde a proclamação da república até os dias atuais, constatamos que foram poucos os períodos em que o país pode desfrutar de relativa estabilidade política. O fim do Estado Novo e a democratização brasileira ocorrida em 1945 estão inseridas no contexto do final da Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria. O período ficou marcado pela reorganização das forças políticas em novos grupos, que passaram a disputar a hegemonia e os rumos do país. A derrocada do nazifascismo na Europa, e a defesa da liberdade e dos direitos humanos por parte dos países vencedores, influenciaram diretamente o processo brasileiro.

O surgimento da imprensa no Brasil no início do século XIX está inserido no contexto da transferência da família real e da corte portuguesa para a então colônia em 1808. Os primeiros periódicos a circularem no país foram o *Correio Braziliense*¹ e a *Gazeta do Rio de Janeiro*². No decorrer do tempo, outros jornais foram fundados e permaneceram em atividade dentro do território brasileiro. Ao final da década de 1950, um significativo número de periódicos disputavam a preferência dos leitores, das mais diversas regiões do país através de suas páginas. Dentre eles podemos destacar os jornais: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Ultima Hora*, *Tribuna da Imprensa*, e os *Diários Associados*, um conglomerado de jornais dirigido pelo empresário Assis Chateaubriand.

O presente trabalho se propõe a analisar historicamente e de forma qualitativa as publicações do *Jornal Folha de São Paulo*, e como este retratou a eleição presidencial brasileira ocorrida no ano de 1960. Para superar tal desafio, faz-se necessário compreender a importância da utilização da imprensa como fonte de pesquisa e seu papel fundamental para a produção de conhecimento histórico. A escolha deste tema se originou a partir de conversas e discussões sobre a conjuntura política brasileira entre os anos de 2016 e 2019. Os acontecimentos vivenciados, os discursos e as motivações dos agentes e das forças políticas atuais encontram muitas semelhanças com os acontecimentos do passado que serão abordados nesta pesquisa.

Ao se tratar de história política, faz-se necessário resgatar o papel importante que este campo tem desempenhado na construção da historiografia mundial. René Rémond em sua

1 O *Correio Braziliense* foi um periódico idealizado por Hipólito da Costa, era editado na Inglaterra e possuía um caráter de oposição a coroa portuguesa.

2 A *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi efetivamente o primeiro periódico a ser redigido em terras brasileiras, sob a direção do Frei Tibúrcio da Rocha, era o órgão oficial do governo português.

obra “Por uma História Política”, faz uma análise sobre a trajetória da história política na França, seu apogeu no Século XIX e como ela caiu em declínio no início do Século XX, principalmente por parte dos historiadores da *École des Annales*, que a substituíram por um modelo de história econômico-social, voltado para uma longa duração e para as grandes massas. Os *Annales* percebiam a História Política como sendo elitista, superficial, voltada para a curta duração, e incapaz de fazer perceber os movimentos profundos na sociedade.

Alguns historiadores incorporaram elementos revisitados dos movimentos dos *Annales* na História Política que antes era positivista. Um desses pesquisadores foi René Rémond, já citado anteriormente, que parte em defesa da História política, junto de outros historiadores de sua geração, em um movimento de renovação que buscou reabilitá-la nos moldes como defendiam os *Annales*: voltada para as massas e na longa duração.

A posição dos *Annales* em relação a história política é compreensível, uma vez que a historiografia produzida até fins do Século XIX, era predominantemente positivista, nutrindo seu interesse pelos grandes líderes, realizando apenas um estudo superficial sobre as sociedades, “Era uma história que permanecia narrativa, restrita a uma descrição linear e sem relevo, concentrando sua atenção nos grandes personagens e desprezando as multidões trabalhadoras”. (FERREIRA, 1992, p. 265)

Até a década de 1970, eram poucos os trabalhos que faziam o uso da imprensa como fonte de pesquisa histórica no Brasil. No entanto, é importante ressaltar algumas obras como “O Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo” de Maria Helena Capelato, “Os Bestializados” de José Murilo de Carvalho e “1964” de Angela de Castro Gomes. Estes trabalhos são importantes exemplos em que materiais oriundos da imprensa foram utilizados como fonte, tornando-se assim objetos de pesquisa cruciais para a compreensão da história brasileira.

Além da história, outras áreas do conhecimento também têm realizado estudos que fazem uso da imprensa como fonte de pesquisa. Independente da área do conhecimento, torna-se evidente a importância cada vez maior que as fontes da imprensa têm adquirido, que as torna, um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Diante disso, é necessário um posicionamento crítico diante da imprensa enquanto fonte historicamente construída.

Podemos considerar a obra “História da Imprensa no Brasil”, do historiador Nelson Werneck Sodré, publicada em 1966, uma das mais importantes no que se refere ao estudo da imprensa brasileira. Sodré conseguiu sintetizar aproximadamente 10 anos de estudo sobre o tema, realizando um levantamento detalhado que não se limitava em apenas discutir o

conteúdo dos periódicos, mas sim as relações políticas, sociais e econômicas em que estavam inseridos.

A historiadora Renée Barata Zicman também se destaca no estudo da imprensa como objeto de estudo. Em sua obra intitulada “História Através da Imprensa”, ela afirma que os jornais vêm sendo amplamente utilizados na elaboração de pesquisas históricas, devido a sua riqueza em dados e elementos, por ser em alguns casos a única fonte de reconstituição histórica, e por possibilitar uma melhor compreensão das sociedades, suas condições de vida, e suas manifestações culturais e políticas. Zicman descreve três argumentos para justificar a utilização dos jornais como fontes de pesquisa:

Periodicidade: os jornais são “arquivos do cotidiano” registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos;

Disposição Espacial da Informação: Para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade;

Tipo de Censura: Diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivadas. (ZICMAN, 1985, p.90)

A análise de fontes jornalísticas abre uma infinidade de possibilidades de pesquisa histórica, no entanto, pelo fato do jornal se tratar de um meio de informação e entretenimento monetizado e privado, torna-se necessário fazer uma análise e interpretação cautelosa, uma vez que os escritos representam as visões e os posicionamentos da pessoa que o escreveu, do dono, ou de quem pagou pela postagem.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro destina-se a contextualizar o período democrático brasileiro iniciado a partir da queda do Estado Novo em 1945, passando pelo governo Dutra (1946-1951), pelo segundo governo Vargas (1951-1954), pela crise sucessória durante o governo Café Filho (1954-1956), até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Nele observamos os resultados da crescente disputa entre as principais forças políticas da época. O legado varguista oriundo da Revolução de 1930, representado pela aliança entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, contra o pensamento reacionário da União Democrática Nacional, que almejava chegar ao poder a qualquer custo.

O segundo capítulo destina-se a analisar o papel da imprensa, a partir das páginas do jornal Folha de São Paulo, antes, durante e após as eleições presidenciais de 1960. Primeiramente será abordado o histórico do periódico, desde sua fundação pelo jornalista Olívio Olival Costa em 1921, passando pelas mudanças de nomes – Folha da Manhã, Folha da

Tarde e Folha da Noite – e pelas mudanças de donos e das linhas editoriais dos periódicos nos anos 30 e 40, até o ano de 1960, quando o jornal recebe oficialmente o nome de Folha de São Paulo.

Em seguida, abordaremos o período entre meados de 1959 até a eleição de 1960 a partir de bibliografia especializada, relacionando-a com a cobertura realizada pelos jornais do Grupo Folha e sua linha editorial em relação aos candidatos, as alianças e aos acontecimentos. Por fim, será tratado o período pós-eleitoral, a partir da análise de editoriais do periódico em relação à posse dos eleitos, a política externa implementada pelo novo governo, suas relações com a oposição, e a renúncia do presidente após sete meses de mandato.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO: O BRASIL DE 1945 A 1960

2.1 O FIM DO ESTADO NOVO E O GOVERNO DUTRA

O final da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, marcou também o fim do Estado Novo no Brasil. A vitória dos aliados no combate ao nazifascismo criou uma nova atmosfera política mundial, e nela, não havia mais espaço para um regime ditatorial como o do Brasil. O presidente Getúlio Vargas, prevendo este cenário, tratou de preparar uma transição. Como afirma Thomas SKIDMORE:

Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país.[...]Vargas falou à nação e prometeu que, depois da guerra, “em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”. (SKIDMORE, p. 72)

Os movimentos pela redemocratização passaram a se organizar e o aparato de censura estatal começou a mostrar sinais de esgotamento. Em outubro de 1944 o nome de Eduardo Gomes foi colocado como candidato das oposições. Já no início de 1945, durante o 1º Congresso de Escritores, foram defendidas extrema liberdade de expressão e a eleição de um novo governo por sufrágio universal, direto e secreto.

Em fevereiro, José Américo de Almeida, ex-candidato das frustradas eleições presidenciais de 1937, concedeu uma entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, em que teceu inúmeras críticas ao governo federal e à figura do presidente Getúlio Vargas. “A falha dos censores em evitar a publicação da entrevista, era um sinal claro de que o ditador estava cedendo terreno diante da oposição”. (SKIDMORE, p. 73)

O governo enviou, ainda em fevereiro, uma emenda à constituição, que previa, no prazo de 90 dias, um decreto fixando a data das novas eleições. No mês seguinte, Vargas concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, em que defendia veemente a Constituição de 1937, mas sendo evasivo quando questionado se seria candidato nas eleições que seriam marcadas.

O movimento estudantil, que começou a se mobilizar a partir de 1943, se constituiu como uma importante voz pela democratização do Brasil. A União Nacional dos Estudantes e suas seções estaduais organizaram diversas passeatas, protestos e comícios em favor da democracia. Algumas dessas manifestações acabaram sendo reprimidas pelas autoridades com extrema violência, causando a morte e ferindo diversos participantes.

Em torno de 1943, um grupo social importante emergiu na luta pela democratização; ele era importante não por seu número, mas por seu prestígio e expressão simbólica. Os estudantes universitários começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas seções estaduais. (FAUSTO, p. 384)

Dentro da data prevista, o governo decretou o novo código eleitoral que regulamentou o alistamento eleitoral e as eleições, que ficaram marcadas para em 02 de dezembro de 1945, para presidente e Assembleia Constituinte, e 06 de maio de 1946 para os pleitos estaduais. A essa altura, Getúlio declarava que não se candidataria à presidência da República. “Do interior do governo, nascia a candidatura do general Dutra, ainda ministro da Guerra, em oposição a Eduardo Gomes”. (FAUSTO, p. 384)

Vargas acalmou a cena, anunciando a 11 de março que não se candidataria. No dia seguinte, foi lançado um movimento para indicar a candidatura do Ministro da Guerra, General Dutra, o que foi interpretado pela oposição como tática diversionista de Vargas. Apoiando um candidato “governista”, que era eminentemente aceitável para o corpo de oficiais do Exército[...]. Além disso, a candidatura de Dutra abalaria o apoio potencial a Eduardo Gomes, por parte dos círculos pró-governamentais para os quais a vitória era mais importante do que os princípios. Em começos de abril, Dutra, ainda Ministro da Guerra, aceitou tacitamente a indicação. (SKIDMORE, p. 74)

Ainda no ano de 1945, surgiram os três partidos políticos que compartilhariam o protagonismo da cena política nacional até o golpe de 1964: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A UDN foi fundada em abril de 1945 como uma “associação” de partidos estaduais e correntes de opinião contra o governo de Getúlio Vargas e ficou caracterizada essencialmente pela oposição constante ao Estado Novo e ao comunismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se como partido político nacional, participando de todas as eleições majoritárias e proporcionais até 1965.

O PTB foi fundado em setembro de 1945, seu intuito era o de aglutinar trabalhadores urbanos e evitar que os mesmos ingressassem no Partido Comunista Brasileiro (PCB). “Seu objetivo era o de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.” (FAUSTO p.385). Nesta época os sindicatos eram controlados pelo Ministério do Trabalho. A principal característica do PTB, não por acaso, era o prestígio do presidente Getúlio Vargas, seu presidente de honra.

O PSD foi fundado em julho de 1945, durante a convenção nacional que homologou a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Dentre seus fundadores estavam os interventores dos estados, nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Durante sua existência, teve como aliado mais constante o PTB e como

adversária, a UDN. Foi o partido com maior representação na Câmara dos Deputados no período entre o final do Estado Novo e o golpe de 1964.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) também desfrutou de grande relevância nas eleições de 1945, se constituindo como a 4ª maior força política do Brasil. O partido se reorganizou em outubro de 1945, quando retornou à legalidade e obteve seu registro eleitoral. No entanto, a legalidade do PCB, não durou por muito tempo. Em 1947, o partido teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob a alegação de que o mesmo era um instrumento da intervenção soviética no Brasil. Em 1948, os parlamentares eleitos pela legenda perderam seus mandatos. O PCB permaneceu na clandestinidade até 1979.

A grande popularidade do presidente Getúlio Vargas fez surgir um movimento que defendia a sua permanência no poder. Este movimento ficou conhecido como “Queremista”, termo oriundo da expressão “Queremos Getúlio”. Os líderes deste movimento defendiam que as eleições presidenciais fossem adiadas e que fossem antecipadas a eleição de uma assembleia constituinte. O objetivo era o de que a nova constituição fosse promulgada com Vargas ainda no poder. A oposição por sua vez defendia que a nova constituição fosse promulgada após a saída do presidente. “A diferença era crucial, de vez que o governo ainda no poder poderia exercer grande influência sobre as deliberações da Assembleia Constituinte”. (SKIDMORE, p. 75)

No decorrer de 1945, o presidente Getúlio Vargas começou a tomar uma série de medidas, como o decreto “Antitruste”³, que autorizava a desapropriação de qualquer organização cuja atividade lesava o interesse nacional, outro decreto que antecipava as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais, e a nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas, como Chefe da Polícia do Distrito Federal. Essas medidas geraram uma crise institucional, a oposição e grupos militares desconfiaram que o presidente estava manobrando para se manter no poder. No dia 29 de outubro de 1945, Vargas recebeu um aviso de um grupo de militares, liderados pelo General Góes Monteiro, de que “seu tempo havia terminado”. No dia seguinte, Vargas partiu para o “exílio” em São Borja. “Após a queda de Getúlio, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos dois candidatos à presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares”. (FAUSTO, p. 397)

3 Decreto-Lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945, que dispunha sobre os atos contrários à ordem moral e econômica, classificava uma série de atos considerados contrários aos interesses da economia nacional, como os entendimentos, ajustes ou acordos entre empresas comerciais, industriais e agrícolas.

Iniciado o período eleitoral, três candidaturas passaram a disputar a preferência do eleitorado. Eduardo Gomes pela UDN, Eurico Gaspar Dutra pelo PSD e Iedo Fiúza pelo PCB. A candidatura de Eduardo Gomes aparentava ser a favorita, impulsionada pelo apoio dos maiores e mais importantes órgãos de imprensa. Já a candidatura de Dutra parecia não empolgar o eleitorado, principalmente os apoiadores do ex-presidente Getúlio Vargas, que permanecia em silêncio, recolhido em São Borja. Vargas permaneceu em silêncio praticamente durante toda a campanha presidencial, limitando-se a convocar o eleitorado a apoiar os candidatos do PTB.

Dutra não entusiasmava ninguém e chegou-se mesmo a pensar em substituir sua candidatura por outro nome que tivesse maior apelo eleitoral. Mas, quase às vésperas da eleição, a 28 de novembro, Getúlio acabou por fazer uma declaração pública de apoio à candidatura Dutra, embora ressaltando que ficaria ao lado do povo contra o presidente, se ele não cumprisse as promessas de candidato. (FAUSTO, p. 398)

O cenário começou a mudar favoravelmente para a candidatura de Dutra após uma declaração de Eduardo Gomes, de que não estava interessado em receber o voto da “malta de desocupados” que frequentava os comícios de Vargas durante o Estado Novo. O termo malta, além de significar bando, também podia se referir a “grupo de operários que percorriam as linhas férreas levando suas marmitas”(Verbete Queda de Vargas e fim do Estado Novo, CPDOC, 2021). O Brigadeiro foi denunciado como um candidato elitista e contrário aos trabalhadores, uma vez que desprezava o voto de “marmiteiros”. A campanha contra Eduardo Gomes surtiu efeito e conseguiu mobilizar o eleitorado mais pobre em direção à candidatura de Dutra. Por fim, a vitória do PSD foi consolidada após a divulgação de um manifesto de Getúlio Vargas, assinado em 25 de novembro, uma semana antes do pleito, no qual o ex-presidente conclamava o povo a votar em Dutra.

Realizadas as eleições, Dutra obteve 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes alcançou 35% e Iedo Fiúza, 10%. O PSD repetiu a vitória nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Obteve 61,9% dos votos para o Senado e 52,7% para a Câmara dos Deputados, conquistando dessa forma a maioria nas duas Casas do Congresso Nacional. A UDN, o PTB e o PCB receberam respectivamente 23,8%, 4,7% e 2,3% dos votos para o Senado e 26,9%, 7,6% e 4,8% dos votos para a Câmara dos Deputados. (Verbete Redemocratização e eleições de 1945, CPDOC, 2021)

O governo Dutra (1946-1950) gozou de relativa tranquilidade institucional durante o período em que exerceu seu mandato. Dentre suas principais marcas estão a promulgação da Constituição de 1946, que se afastou do ideário autoritário de 1937 adotando o figurino

liberal-democrático, e o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a cassação dos mandatos de seus parlamentares em 1947.

No plano econômico, o governo Dutra ficou caracterizado pela adoção de um modelo liberal que condenava a intervenção estatal e aboliu os controles estabelecidos pelo Estado Novo. Acreditava-se que o desenvolvimento do país e o fim da inflação dependia da liberdade de mercado e da livre importação de bens, com o ministro da Fazenda chegando a descrever o Brasil como um país essencialmente agrícola. No entanto, como afirma FAUSTO:

A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois o país acumulava divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra. Apesar disso, a política liberal acabou fracassando. A onda de importações de bens de toda a espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira, levou praticamente ao esgotamento das divisas sem trazer consequências positivas. (FAUSTO, p. 403)

A resposta do governo ao fracasso da política liberal foi o estabelecimento de um sistema que restringia as importações de bens de consumo e favorecia a importação de itens essenciais como equipamentos, maquinários e combustíveis. Na prática este sistema estimulou a produção para o mercado interno e favoreceu o avanço da indústria. Isso fez com que em sua fase final, o governo Dutra alcançasse resultados expressivos no plano do crescimento econômico.

2.2 GETÚLIO VARGAS: DA ELEIÇÃO AO SUICÍDIO

Em 1948 surgem as primeiras manifestações em relação à sucessão presidencial. Segundo Bóris FAUSTO, a figura do ex-presidente Getúlio Vargas representava um polo de atração:

Getúlio aparecia como um polo de atração. Praticamente ausente do Senado, fazia algumas viagens estratégicas aos Estados e recebia em São Borja o beija-mão dos políticos. Sua estratégia era clara: garantir a lealdade dos chefes da máquina política montada pelo PSD no campo e ao mesmo tempo construir uma base sólida. (FAUSTO, p. 404)

Político considerado pelos colegas e população em geral como extremamente experiente, e detentor de grande apoio popular, Vargas sabia que a sua volta à presidência dependia do resultado positivo da equação de votos das classes trabalhadoras urbanas e do apoio de lideranças regionais por todo o território nacional. Dentre essas lideranças regionais, destaca-se a figura de Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP), governador de São Paulo eleito nas eleições de 1947 e ex-interventor durante o Estado Novo.

Barros soube se adaptar aos novos tempos. O PSP era uma máquina eleitoral em torno de sua figura, no entanto, ele possuía penetração apenas dentro do Estado de São Paulo. Através do PSP, ele conseguiu vincular em si mesmo a imagem de um administrador competente mas sem um programa ideológico consistente. “Foi a partir de Ademar que a expressão “rouba mas faz” se transformou em elogio. Odiado pelos partidários da UDN, que insistiam no tema da moralidade nos negócios públicos”. (FAUSTO, p. 404)

A aliança entre Vargas e Barros era uma via de mão dupla. São Paulo possuía o maior número de eleitores do país, e era o estado onde a oposição a Vargas tinha mais força. Ademar de Barros por sua vez, não tinha força suficiente naquele momento para disputar a presidência da república. Seu apoio a candidatura de Getúlio Vargas aumentavam as chances do ex-presidente retornar ao poder, e poderia viabilizar a candidatura de Ademar em um pleito futuro. A estratégia de Vargas começou a mostrar resultados. Durante os anos que ficou afastado do poder conseguiu transformar a sua imagem de ditador na imagem de um democrata: “Os políticos da UDN descobriram que meros ataques aos erros do Estado Novo traziam resultados diminutos. A retórica de 1945 soava cada vez mais irrelevante aos problemas de 1950”. (SKIDMORE, p.102)

Em 1949, quando da oficialização das candidaturas, Vargas já havia ajustado os pontos principais do seu conhecido projeto de desenvolvimento nacional ao novo cenário internacional e destacava suas bases: Desenvolvimento e Bem-estar social. “Vargas estava com 67 anos, tinha pressa e pretendia regressar ao Catete pelo voto direto popular - “nos braços do povo”. O slogan era um achado em termos de comunicação política: “Ele Voltará”. (SCHWARCZ;STARLING, p.400)

O presidente Dutra se negou a apoiar a candidatura de Vargas, pois a mesma não representaria uma continuidade do seu governo. Ele conseguiu manobrar uma parte do PSD que resolveu lançar a candidatura de Cristiano Machado para a presidência. Machado era um político mineiro totalmente desconhecido fora de seu estado. O resultado foi que a maioria dos grandes chefes do PSD abandonou sua candidatura. “Daí para a frente, nasceu o verbo “cristianizar”, exprimindo a liquidação de um candidato pelos próprios responsáveis pelo lançamento de sua candidatura”. (FAUSTO, p. 405)

A UDN, oposição natural a Getúlio Vargas, voltou a indicar o nome de Eduardo Gomes, seu candidato derrotado em 1945. O brigadeiro recebeu o apoio de antigos membros do movimento integralista e cometeu um grave erro político ao defender a revogação do salário-mínimo. A campanha eleitoral de Getúlio Vargas ocorreu conforme ele havia planejado. As alianças constituídas em cada estado cumpriram com sucesso a tarefa que lhes

foi dada. A oposição a Vargas se mostrou incapaz de encontrar um candidato que fizesse frente a sua figura. Em seus discursos, o ex-presidente afirmava que não guardava rancor pela sua deposição em 1945, e defendia de forma calorosa os feitos dos 15 anos em que atuou como presidente do Brasil.

“A minha atuação obstinada”, explicava ele, fora no sentido de “transformar em nação industrial” uma nação “paralisada pela miopia dos governantes aferrados à monocultura extensiva e à exploração primária de matérias-primas”. Os brasileiros tinham agora a oportunidade de “renovar o impulso perdido em 1945”. Ele bradava: “lutei e lutarei, enquanto tiver alento contra os empedernidos e míopes apóstolos da inovação, os apologistas da estagnação e do marasmo”. (SKIDMORE, p. 107)

Nas eleições realizadas em 03 de outubro de 1950, Vargas obteve uma grande vitória. Recebeu 48,7% dos votos, enquanto Eduardo Gomes recebeu 29,7% e Cristiano Machado 21,5%. Em São Paulo, Getúlio recebeu aproximadamente um quarto da votação total do país. Isso mostrou que o antigetulismo, que era mais forte neste estado havia perdido força consideravelmente. A UDN tentou sem sucesso impugnar a eleição alegando que só poderia ser considerado vencedor aquele que obtivesse a maioria absoluta dos votos (mais de 50%) apesar da legislação em vigor não fazer essa exigência.

Desse modo os liberais punham a nu suas contradições. Defensores, em princípio, da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa [...] A partir daí passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas. (FAUSTO; p. 406)

Vargas tomou posse pela segunda vez como presidente no dia 31/01/1951. O início do seu governo ficou marcado pela tentativa de conciliar as forças políticas nacionais. Tentou desempenhar, nas condições de um regime democrático o papel de árbitro em meio às diferentes forças sociais. Tentou aproximar a UDN, constituiu um ministério majoritariamente conservador e repleto de figuras do PSD, no entanto, nomeou como ministro da guerra o general Estillac Leal, militar oriundo do tenentismo, que ocupava a presidência do clube militar e era ligado a uma corrente mais nacionalista do Exército.

Bóris FAUSTO aponta para a existência de dois grupos dentro do exército, que ele intitula como nacionalistas e entreguistas. Segundo ele, as diferenças de opinião entre os membros das forças armadas haviam se cristalizado com o tempo em perspectivas conflitantes que estavam relacionadas com as divisões que ocorriam na sociedade. Essas divisões alcançaram “tanto os temas da política econômica interna como a posição do Brasil no quadro das relações internacionais. Essa última se revelou aliás extremamente explosiva no

desencadeamento dos embates nas forças armadas e na sociedade como um todo”. (FAUSTO, p. 407)

Enquanto o grupo composto pelos militares nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização do país, o grupo dos entreguistas defendia uma menor intervenção do estado na economia. Na política externa, os nacionalistas defendiam que o país deveria se distanciar e adotar uma posição de neutralidade diante do embate entre capitalismo vs comunismo protagonizado pelos Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS), enquanto os entreguistas defendiam que o Brasil deveria se alinhar irrestritamente aos norte-americanos no combate ao comunismo mundial.

Oficialmente o Brasil era uma democracia, os governantes eram eleitos pelo voto, e os eleitos tinham garantido o direito de governar. No entanto, as divergências, as crises e as rupturas no interior dos círculos militares desnudava o quão frágil era essa democracia. As crescentes cizânias dentro desses grupos militares atravessavam os muros dos quartéis e se estendiam para a sociedade civil servindo como combustível para quase todas as crises institucionais que ocorreram no Brasil durante a década de 50 e que culminaram no golpe civil-militar de 1964.

No final de 1951, Vargas enviou ao congresso nacional o projeto de lei que criava a Petrobras. Esse projeto fixou “no imaginário nacional, a convicção de que seu programa político tinha, de fato, a pretensão de garantir a independência do país através do desenvolvimento econômico autônomo”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 401)

A criação dessa estatal estava no centro do plano de governo de Getúlio Vargas, uma vez que a demanda por petróleo e seus derivados ocupavam o primeiro lugar na lista de produtos que eram importados. A campanha pela nacionalização do petróleo e demais bens do subsolo não eram nenhuma novidade, se estendiam desde a década de 1930 e a cada novo dia tornava-se cada vez mais inconveniente para o país continuar a depender da importação desses produtos. A defesa do monopólio da exploração do petróleo pelo estado tinha se transformado num dos maiores movimentos de opinião pública da nação. “A campanha do petróleo como movimento ficou conhecido, assumiu o formato de grande mobilização cívica em defesa das riquezas nacionais e reuniu setores muito amplos da sociedade em torno da ideia de que o desenvolvimento autônomo do país dependia sobretudo da vontade política dos brasileiros”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 402)

Além da criação da Petrobras⁴, Vargas buscou promover diversas medidas com o intuito de incentivar o desenvolvimento econômico. Foram feitos investimentos nas áreas de transporte e energia através da abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. O governo empenhou-se na ampliação da oferta de energia elétrica para a região nordeste do país, procurando também solucionar o problema do carvão nacional. A marinha mercante e o sistema portuário foram parcialmente (re)equipados. Em 1952 foi criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), direcionado especificamente para acelerar o processo de diversificação industrial.

Apesar de não ter conseguido tirar a Eletrobras do papel durante seu mandato, o governo Vargas conseguiu construir com sucesso os alicerces e a infraestrutura capazes de promover a expansão da capacidade energética brasileira no decorrer da década seguinte. O investimento em hidrelétricas demorava cerca de cinco anos para apresentar resultados “e o governo Vargas se encerrou com um aumento não tão significativo no consumo de energia elétrica – de 5,8 milhões de quilowatts consumidos em 1950, passou-se para 8,3 milhões de quilowatts”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 402)

Apesar das limitações, Getúlio conseguiu executar um extensivo projeto de industrialização que tentava suprir as necessidades de dois ramos considerados de extrema importância. A ampliação da indústria de base, particularmente a siderurgia e a fabricação de caminhões e tratores, possibilitada através de um grande acordo entre a Fábrica Nacional de Motores e algumas empresas estrangeiras. Este acordo previa nacionalização gradual da produção, que teve um impacto positivo na implantação da indústria de veículos no Brasil.

No entanto, a política de nacionalização e de criação de empresas estatais para atender as áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país – como nos setores de exploração do petróleo e produção de energia elétrica, levou o governo a bater de frente com os interesses das grandes empresas estrangeiras que já atendiam esses setores.

Com seus erros e acertos, o governo de Vargas pôs em cena, pela primeira vez, de forma nítida, o embate entre projetos distintos de modernização do país – o seu, de teor nacionalista, e o de seus opositores, favoráveis à associação com o capital internacional. (SCHWARCZ; STARLING, p. 403)

Enquanto o governo procurava dinamizar a economia, um grave problema começou a gerar forte repercussão social – o avanço da inflação. Em 1947, a inflação causada pela guerra nos anos anteriores perdeu intensidade, no entanto, voltou a crescer. “Passou de 2,7% em

4 Petróleo Brasileiro S.A, instituída pela Lei nº 2 004, sancionada pelo presidente da República, Getúlio Vargas, em 3 de outubro de 1953

1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando só neste último ano uma variação de 20,8%”. (FAUSTO, p. 409)

A pressão inflacionária era causada por diversos fatores como a alta nos preços internacionais do café, a eclosão da Guerra da Coreia e também a forma como a nova expansão industrial era estimulada. “Getúlio se via obrigado a manobrar em um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores, atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares no sentido de controlar a inflação”. (FAUSTO, p. 410)

Em meados de 1953 Vargas realizou uma modificação ministerial. Nomeou o jovem político gaúcho João Goulart para o Ministério do Trabalho. Conterrâneo de Getúlio, Jango era ligado aos meios sindicais do PTB, e foi escolhido para ocupar o ministério por ser considerado uma figura capaz de conter a crescente influência comunista dentro dos sindicatos.

Apesar do papel que poderia desempenhar, Jango foi transformado em uma personagem odiosa pela UDN, cuja influência em um setor da classe média era ponderável, e pelos militares antigetulistas. Nesses círculos, ele era visto como o defensor de uma “República sindicalista” e como a personificação do peronismo no Brasil. (FAUSTO, p. 410)

Para o Ministério da Fazenda, Vargas convocou Oswaldo Aranha, que já havia ocupado o cargo no início da década de 1930. “O programa do novo ministro, chamado Plano Aranha, tinha por objetivo controlar a expansão do crédito e o câmbio, nas transações com o exterior”. (FAUSTO, p. 410)

As medidas implementadas por Aranha estabeleceram um câmbio flexível, de acordo com os bens a serem exportados ou importados. Essa flexibilidade cambial tinha como objetivo restaurar a capacidade de competir das mercadorias exportadas e favorecer as importações dos bens considerados básicos para o desenvolvimento do Brasil.

Apesar da vasta experiência política, Getúlio Vargas aparentemente não conseguiu se habituar ao novo ambiente democrático, “seu feitio era de mando. Propenso a soluções autoritárias, confiante no poder pessoal, escolado em golpes e levantes, ele simplesmente não sabia atuar num ambiente democrático”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 403)

A estratégia de Vargas em compor alianças colocando-se acima dos partidos mostrou-se vitoriosa para a campanha eleitoral. Porém, enquanto governo, essas alianças se mostraram desastrosas. “O PTB entrou em crise, fragmentado por disputas internas, e o PSD começou a divergir da aliança getulista nas votações, motivado por intermináveis disputas regionais. A UDN, por seu lado, soube usar o vento a favor, articulou-se com um punhado de pequenos

partidos [...], formou um bloco oposicionista e passou a obstruir as iniciativas do governo”. (SCHWARCZ;STARLING, p. 404)

A UDN assumiu uma postura de oposição radical ao governo Vargas. Sua força política se constituiu graças a fatores negativos da conjuntura econômica, como o aumento dos índices de inflação, a queda nos salários dos trabalhadores e a mudança da política econômica norte-americana. Apesar da piora na situação econômica, os trabalhadores não debandaram em massa para a oposição. No entanto, deixaram claro ao governo que seu apoio não era incondicional.

A liberdade de organização do movimento sindical somada aos problemas oriundos do aumento do custo de vida das classes trabalhadoras culminaram com uma série de greves e manifestações por todo o país durante o ano de 1953. Dentre esses movimentos destacam-se a greve geral de março em São Paulo e a greve dos marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém. “Começando pelo setor têxtil, a greve paulista chegou a abranger 300 mil trabalhadores, com a adesão de marceneiros, carpinteiros, operários em calçados, gráficos e vidreiros”. (FAUSTO, p. 412)

A greve dos 300 mil representou uma derrota para o governo em São Paulo. Apesar de o presidente conseguir manter seu prestígio junto aos trabalhadores, o PTB era chamado de pelego pelos grevistas. Os comunistas, que na época faziam oposição a Vargas, desempenharam um papel central na articulação da greve. A greve dos marítimos mobilizou cerca de 100 mil trabalhadores, que reivindicavam aumento de salário, melhores condições de trabalho e o afastamento da diretoria da federação dos marítimos.

Jango assumiu o Ministério do Trabalho com as greves em curso, e atuou de forma eficaz na intermediação entre o governo e os trabalhadores. “Como a greve ocorria em um setor de interesse público, submetido à regulação econômica do estado, ele pode impor o atendimento da maioria das reivindicações dos grevistas. Ao mesmo tempo, forçou a renúncia da diretoria da Federação dos Marítimos, abrindo caminho para outra, mais próxima dos trabalhadores e dele próprio”. (FAUSTO, p.413)

Dentre os adversários civis do governo, destacava-se a figura do jornalista Carlos Lacerda, em grande parte pelo seu radicalismo e poder verbal com que atacava a figura do presidente. O populismo e o comunismo eram os alvos principais de seu discurso. Seu Jornal intitulado Tribuna da Imprensa era a principal ferramenta utilizada para fazer oposição a Getúlio, desde antes da eleição do presidente. Lacerda defendia abertamente a renúncia de Getúlio Vargas e o decreto de um estado de emergência que visava reformar as instituições democráticas e impedir a sua “perversão pelos políticos populistas”. (FAUSTO, p. 415)

Do lado militar, faziam parte da oposição ao governo Vargas oficiais declaradamente anticomunistas e antipopulistas, geralmente ligados à UDN. Destacam-se neste grupo os generais Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

No início de 1954, Vargas realizou mais uma reforma ministerial. Jango foi substituído no Ministério do Trabalho após propor um aumento de 100% no salário-mínimo, e o General Espírito Santo Cardoso deixou o Ministério da Guerra após o desgaste ocasionado pelo Memorial dos Coronéis, que alertavam para a desordem, o comunismo e a subversão. Vargas nomeou o General Zenóbio da Costa, declarado anticomunista, na tentativa de acalmar os ânimos das classes militares.

Apesar dos cuidados tomados pelo presidente, seus discursos e suas decisões cada vez havia conflito com os interesses dos setores mais conservadores da sociedade. O projeto de lei que criava a Eletrobras e o anúncio em 1º de maio de 1954, do aumento de 100% no salário-mínimo transformaram o país em um barril de pólvora. Apesar disso tudo, Vargas conseguia se equilibrar no poder. “Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as forças armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente”. (FAUSTO, p.416)

O estopim para a deposição de Vargas ocorreu na noite do dia 05 de agosto de 1954, um pistoleiro atentou contra Carlos Lacerda quando o mesmo se aproximava da entrada do prédio onde residia, na rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Lacerda levou apenas um tiro no pé, mas o atentado custou a vida do Major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia a segurança do jornalista.

As investigações do atentado chegaram até a figura de Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial no palácio do Catete e fiel servidor de Getúlio Vargas por mais de 30 anos. Fortunato foi apontado como mandante do assassinato de Carlos Lacerda, e os militares antigetulistas finalmente tinham um motivo concreto para derrubar o presidente.

O movimento pela renúncia de Getúlio Vargas tomou grandes proporções, no entanto, o presidente resistia apoiado pelo Ministro da Guerra, que insistia “no fato de que ele representava o princípio da legalidade constitucional”. (FAUSTO, p. 417)

O governo perdeu oficialmente o apoio das Forças Armadas em 23 de agosto de 1954, quando foi publicado um manifesto assinado por 27 generais, exigindo a renúncia imediata do presidente. Não observando outra saída, num ato desesperado, Getúlio Vargas cometeu suicídio com um tiro no coração.

O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz

de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem aos brasileiros – a chamada carta testamento – onde se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de inimigos impopulares. (FAUSTO, p. 417)

A notícia da morte de Getúlio Vargas causou uma grande comoção nacional. Milhares de pessoas saíram às ruas em todas as grandes cidades do país perseguindo os algozes do falecido presidente. As sedes e os caminhões dos jornais que faziam oposição à Vargas foram depredados. Carlos Lacerda, apavorado e temendo por sua vida, procurou abrigo na embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Cercado pela população, teve que ser resgatado de helicóptero pela Marinha e levado em segurança para o Cruzador Barroso, ancorado na baía da Guanabara.

Aturdidas, as pessoas saíam de casa, procuravam umas às outras e choravam. Aos poucos, porém, a população se transformou e, em diversas cidades – Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo -, uma multidão amargurada, revoltada e colérica passou a percorrer as ruas armada com paus, pedras e fúria. O centro do Rio de Janeiro foi ocupado por grupos com milhares de manifestantes [...] - a Galeria Cruzeiro, o largo da Carioca, o Tabuleiro da Baiana – Convergiram para a Cinelândia e se amotinaram, destruindo tudo que encontrassem pelo caminho e que estivesse, de alguma maneira, relacionado com a oposição a Vargas. (SCHWARCZ ; STARLING, p. 410)

O suicídio de Vargas frustrou os planos da oposição de tomar o poder através de um golpe militar, pelo menos naquele momento. A morte “foi o último grande triunfo político de Getúlio. Sua carta-testamento não deixava dúvida sobre como o suicídio deveria ser entendido pela população: uma campanha subterrânea de grupos internacionais aliara-se à dos grupos nacionais para bloquear a legislação trabalhista e o projeto desenvolvimentista”. (SCHWARCZ;STARLING, p. 411)

2.3 JK: ELEIÇÃO E O “GOLPE LEGALISTA” DE LOTT

O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência com a promessa de que garantiria a realização das eleições no ano seguinte. “Sabia-se que ele era mais conservador do que Vargas e que havia rompido abertamente com o presidente na crise de agosto. Após assumir o cargo, assegurou à nação que daria “aos humildes a proteção que Vargas sempre lhes deu”. Organizou um novo gabinete que incluía diversos líderes identificados com a UDN”. (SKIDMORE, p. 181)

A trágica morte de Getúlio Vargas e o controle do governo pelas forças contrárias a Getúlio trouxeram um novo vigor para o PTB, que passou a desfrutar do prestígio póstumo

deixado pelo ex-presidente. O partido incorporou o conteúdo da carta-testamento ao seu programa, e aliado a setores favoráveis a Getúlio no PSD passou a articular as candidaturas do então Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek e do ex Ministro do Trabalho João Goulart para a futura eleição presidencial de 1955.

A aliança entre PSD e PTB e o lançamento da candidatura de JK e Jango para a presidência e vice-presidência da República foi formalizada em 16 de abril de 1955. No mês seguinte, foi a vez de Ademar de Barros lançar sua candidatura pelo PSP. A UDN percebendo que não teria força política para impedir as eleições optou por lançar a candidatura do general Juarez Távora para presidente.

A eleição ocorreu no dia 3 de outubro de 1955 e deu vitória a Juscelino com “36% dos votos, contra 30% dados a Juarez e 26% a Ademar de Barros”. João Goulart foi eleito vice-presidente recebendo mais votos que Juscelino “3.591.409 contra 3.077.411 eleitores”. Diante da derrota da UDN, o jornalista Carlos Lacerda deflagrou uma campanha com o intuito de impugnar a posse dos eleitos. Com o apoio das forças armadas, impor ao país, um governo de emergência e de base parlamentarista que seria “capaz de reformar a democracia para livrar o Brasil de bandidos políticos”. (SCHWARCZ;STARLING, p. 413) Segundo Thomas SKIDMORE:

A “Cruzada Brasileira Anticomunista” colocava anúncios nos jornais exigindo que Juscelino e Jango não tivessem permissão para assumir os cargos para os quais haviam sido “indevidamente eleitos”, porque, além de serem apoiados pelos comunistas e não alcançarem a maioria absoluta, seus votos vieram de um eleitorado “formado pela massa ignorante, sofredora, desiludida, trabalhada pela mais sórdida das demagogias e envenenada pela propaganda solerte do Partido Comunista”. (SKIDMORE, p. 188)

Em 1º de novembro de 1955, o então coronel Jurandir Mamede, durante o velório do general Canrobet Pereira da Costa, teceu uma série de elogios ao falecido por este ter liderado o movimento contra o ex-presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954. Mamede também atacou políticos e sugeriu “categoricamente que seria uma indiscutível mentira democrática se o regime presidencial, que traz uma enorme soma de poder que se concentra em mãos do executivo, pudesse suportar uma vitória da minoria na posse do mais alto mandatário da nação”. (SKIDMORE, p. 190)

O discurso de Mamede incomodou o então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, que passou a defender uma punição exemplar ao coronel. No entanto, Mamede pertencia ao Estado-Maior da Escola Superior de Guerra e era subordinado diretamente ao presidente Café Filho. Lott tentou obter, sem sucesso, a punição do coronel através de contato com assessores militares do presidente. Em 3 de novembro o presidente Café Filho sofreu um

ataque cardíaco e foi obrigado a se licenciar do cargo. Em seu lugar, assumiu interinamente a presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz. Lott, que ocupava o cargo de Ministro da Guerra, solicitou a punição de Mamede ao novo presidente. Diante da recusa de Carlos Luz, Lott pediu demissão do ministério.

Em 11 de novembro, o general Lott mobilizou tropas do exército no Rio de Janeiro, que sob suas ordens, “ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como ilegal e subversiva. As forças do Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um confronto das Forças Armadas”. (FAUSTO, p. 421)

Deposto da presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador Tamandaré acompanhado de alguns ministros e figuras políticas. O cruzador fugiu para Santos com a esperança de organizar uma resistência. Rapidamente, o Congresso Nacional reuniu-se e aprovou o impedimento de Carlos Luz. A presidência da República passou-se para o presidente do Senado Nereu Ramos. “O congresso evitou jogar lenha na fogueira, permitindo, contraditoriamente, que Carlos Luz reassumisse a presidência da Câmara dos Deputados”. (FAUSTO, p. 422)

Dez dias mais tarde, Café Filho, com a saúde já restabelecida, tentou reassumir a presidência. No entanto, o mesmo foi impedido pelo Congresso, que confirmou a permanência de Nereu Ramos no cargo. A pedido dos ministros militares, o congresso aprovou o estado de sítio até a posse dos eleitos.

2.4 O GOVERNO JK: 1956 – 1960

Juscelino Kubitschek tomou posse como presidente do Brasil no dia 31/01/1956 com a promessa de fazer o país avançar cinquenta anos em cinco. Seu programa de governo tinha como principal meta promover o desenvolvimento acelerado da economia e ampliar a industrialização do país. Sua concepção baseou-se em um ambicioso programa conhecido como Plano de Metas. O plano previa investimentos em seis grandes áreas principais: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção da nova capital federal.

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. Para a década de 1950, o crescimento per capita efetivo do Brasil foi

aproximadamente três vezes maior que o resto da América Latina. (SKIDMORE, p. 204)

As tensões militares que haviam marcado o período anterior à sua posse pareciam ter se acalmado. Ao assumir o governo, JK empenhou-se a atender uma série de reivindicações específicas dos militares, principalmente na parte de salários e de equipamentos. Além disso, “acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na Petrobras, assim como no conselho nacional do Petróleo, os principais cargos ficaram em mãos de membros das forças armadas”. (FAUSTO, p. 424)

Pode se considerar o General Henrique Teixeira Lott como o maior expoente do apoio militar ao governo de JK. Ele ocupou o cargo de Ministro da Guerra durante todo o mandato de Juscelino. “Lott reunia duas qualidades importantes: tinha uma folha de serviços impecável e era um homem sem partido. Este último fator facilitava bastante seu trabalho de amenizar as divisões nas Forças Armadas”. (FAUSTO, p.424)

No congresso, a aliança PSD-PTB que vinha desde 1945, garantia o apoio aos principais projetos do governo. Para que a aliança funcionasse era necessário que os dois partidos chegassem a um meio termo. “Era preciso, de um lado, que o PSD não se tornasse tão conservador a ponto de se chocar com a burocracia sindical e as reivindicações operárias; era preciso, de outro lado, que o PTB não fosse muito longe nessas reivindicações, [...] e não convertesse o nacionalismo em bandeira de agitação social”. (FAUSTO, p.425) Ao final do governo JK essa fórmula começou a apresentar claros sinais de esgotamento, tornando comum os atritos entre o presidente Juscelino e o vice João Goulart.

A alta taxa de crescimento econômico vivenciada durante os anos de JK frente à presidência do país, era em partes, resultado de um cenário econômico favorável. “Um grande mercado interno, maior capacidade em áreas-chave, tais como a produção de ferro e aço, maior do que em qualquer outro país da América Latina, e a disposição dos homens de negócio do exterior em investir no Brasil. Contudo, foi o papel dinâmico do Governo Kubitschek que serviu para estimular e canalizar as forças do crescimento econômico”. (SKIDMORE, p. 205)

Na questão agrária, o Plano de Metas tornou-se apenas figura de retórica. “O latifúndio era mesmo o maior símbolo do subdesenvolvimento, mas a posse da terra era fonte de poder, significava representação no congresso, sustentava as bases regionais do PSD; os grandes proprietários rurais nunca foram ameaçados nem mesmo por Vargas, e Juscelino era cauteloso o bastante para não se intrometer no sistema vigente de propriedade”. (SCHWARCZ;STARLING, p. 423)

A construção da nova capital federal é, sem sombra de dúvidas, a maior marca do governo Kubitschek. A proposta de transferir a capital do país para o interior era uma proposta concebida ainda no século XIX, entrou no centro dos debates por diversas vezes e estava prevista nas constituições de 1891, 1934 e 1946. No entanto, “também é certo que, até Juscelino, ninguém se dispôs a levar a aventura a sério: além de caríssima, a transferência da capital não era prioridade ou uma reivindicação da sociedade”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 426)

Juscelino encaminhou o projeto de lei, autorizando a construção, ao Congresso que o aprovou em setembro de 1956, apesar da enorme resistência da oposição. A UDN acusava que essa proposta era demagógica, resultaria em mais inflação e deixaria isolada a sede do governo. Segundo SCHWARCZ; STARLING:

Quando os udenistas souberam que JK tencionava construir Brasília numa região semiárida, ligada por uma rede de comunicações sobretudo aéreas, e onde só havia mato ralo, terra barrenta, poeira vermelha e miado de onça, não hesitaram: votaram a lei que autorizava a transferência da capital e aguardaram pelo desastre. (SCHWARCZ; STARLING, p. 426)

A UDN não acreditava que o governo conseguiria entregar a obra dentro do prazo estabelecido. No entanto, os planejamentos arquitetônicos e urbanísticos de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, geraram as condições necessárias para viabilizar a obra em tempo recorde. “Para a oposição sobrou o de sempre: acirrar o discurso político, mirar no projeto de construção da nova capital e torcer para acertar o tiro. [...]. A medida que o ritmo se acelerava, Brasília ficava pronta, a mudança tornava-se real e o dia da inauguração se aproximava, a oposição apelou: a cidade era longe, a terra hostil, o terreno poroso, o lago artificial jamais se encheria e os telefones nunca falariam”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 427) Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Nove meses mais tarde, Juscelino deu posse ao novo presidente eleito, Jânio Quadros.

3 A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1960 ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

3.1 A TRAJETÓRIA DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO: 1921-1960

O Jornal Folha de São Paulo teve sua primeira edição publicada em 01/01/1960. O periódico foi rebatizado após a junção de outros três jornais: Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite, todos pertencentes à empresa Folha da Manhã S.A. que acabara de ser adquirida pelos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. A junção dos três antigos jornais em um novo periódico, com uma nova designação, foi uma tentativa, por parte de seus novos proprietários, de expandir seus negócios e torná-lo um jornal capaz de atingir uma parcela maior de leitores no estado de São Paulo e no território nacional. Sua primeira edição apresentou o seguinte slogan: “Um Jornal a Serviço do Brasil”.

Somos efetivamente, a FOLHA DE S. PAULO, porque em São Paulo se edita nosso jornal e a São Paulo se consagra. Sem elva regionalista, todavia, antes com a preocupação de servir ao Brasil, que é a única maneira de defender eficazmente os interesses do Estado e do país. Essa a razão do “Slogan” que a partir de hoje figura sob o título destas colunas: “Um Jornal a serviço do Brasil”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/01/1960)

A Empresa Folha da Manhã S.A. foi fundada em 1921, pelo jornalista Olívio Olavo de Olival Costa e um pequeno grupo de colegas. O periódico recebeu o título de “Folha da Noite” e o primeiro grupo diretor foi composto por jornalistas oriundos do jornal O Estado de São Paulo. “Olival Costa levou avante o novo empreendimento, contando com a participação de Pedro Cunha, Leo Vaz, Mariano Costa e Artêmio Figueiredo. Foi esse o primeiro grupo diretor do jornal”. (Verbetes Folha de São Paulo, CPDOC, 2021)

O empreendimento prosperou rapidamente, no entanto, a Folha da Noite teve sua circulação proibida durante o mês de dezembro de 1924. Como resposta a censura, seus diretores lançaram a Folha da Tarde, substituindo a Folha da Noite, que voltou a ser publicada em janeiro de 1925. O novo periódico se mostrou um sucesso, por isso, ainda em janeiro de 1925, foi lançado um terceiro jornal, a Folha da Manhã.

Na perspectiva de conquistar outros setores da sociedade, o novo periódico se definia ainda como um jornal local, urbano, mas não mais como um “jornal popular”. No entanto, apenas na apresentação acabavam se diferenciando as duas Folhas – o conteúdo seria praticamente o mesmo. (MOTA; CAPELATO, 1981, p.28)

Olival Costa tinha a concepção de que a Folha da Noite deveria ser um jornal informativo, claro e fácil de ser lido. “Quem quer literatura busca-a nos livros. A função do jornal é informar. Mas informar não é apenas noticiar: é, a um tempo, selecionar e orientar. No esforço de selecionar se acha subentendida a obrigação de criticar”. (MOTA; CAPELATO, 1981, p.15)

No período de 1921 a 1931, as Folhas passaram por diversas mudanças. As limitações financeiras tornaram-se um empecilho para que a empresa ampliasse o seu número de leitores, não ultrapassando o número de 15.000 exemplares impressos diariamente. Na linha editorial, exerceu uma discreta simpatia pela insurreição de 1922 no Rio de Janeiro, pela revolta de 1924 e pela candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em 1930. Semelhantes a outros jornais, os periódicos da Folha expunham suas preferências e interesses aos leitores, embora tivessem intenção de imprimir ao jornal um caráter mais informativo do que de opinião.

Já no primeiro número, a “incoherencia” da Folha da Noite era proclamada como norma, justificável e sutil. Declarava ele (Olival Costa) não pretender amarrar o jornal a princípios pomposos e abstratos, mas sem validade no dia-a-dia; a experiência é que deveria iluminar a trajetória do periódico, implicando inclusive na autocritica frequente e na denúncia sistemática dos erros cometidos pelo poder público, pelas “oligarchias” ou até pelos redatores da “Folha” em avaliações políticas. Nessa perspectiva, estaria próxima a posição de Olival daquela famosa frase de Anísio Teixeira, um dos pioneiros do moderno pensamento pedagógico liberal: “Não tenho compromissos com minhas ideias; apenas com a verdade”. (MOTA; CAPELATO, 1981, P.16)

Em 1931, o fazendeiro Otaviano Alves de Lima comprou a empresa. O novo grupo dirigente imprimiu uma nova linha editorial, muito diferente da anterior. Os jornais voltaram sua atenção para o setor rural, em direção aos agricultores, ou como chamavam “os lavradores de São Paulo”. “Octaviano Alves de Lima, considerado por muitos de seus contemporâneos um autêntico “grand-seigneur”, foi diretor e um dos proprietários da Folha da Manhã e da Folha da Noite, de janeiro de 1931 a março de 1945”. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 55)

Nesse período, a Folha da Noite começou a perder gradativamente sua importância, desaparecendo a proposta de um jornal popular que por consequência, acabou com as referências aos funcionários públicos e ao operariado urbano. Neste contexto, a Folha da Manhã foi adquirindo cada vez mais importância. Em relação a linha editorial, ambos os periódicos apresentaram-se como politicamente neutros e indefinidos, no sentido de não demonstrar hostilidade ao novo governo que ascendeu ao poder pela Revolução de 1930. Foi somente a partir de 1932 que as Folhas começaram a definir uma posição abertamente de oposição ao presidente Getúlio Vargas e a Revolução.

Em defesa do setor agrícola, os periódicos adotaram uma linha abertamente contrária à industrialização brasileira implementada pelo governo Vargas. As folhas defendiam de forma contundente a tese de que o desenvolvimento econômico do país estava nas atividades agroexportadoras da lavoura e do comércio do café.

O alfabeto, a higiene, os transportes, o voto secreto, a segurança nacional, a missão financeira ao exterior, tudo isso enche a cabeça dos nossos estadistas, tirando-lhes o sono, no sincero desejo de salvar a pátria. Muito bem, mas nada faremos se antes não salvarmos o café, que é a única coisa séria que há no Brasil. (FOLHA DA MANHÃ, p. 06, 12/03/1935)

A posição contrária à diversificação das atividades econômicas do Brasil não se limitava apenas à oposição da agricultura contra a indústria, também dizia respeito à qualquer tentativa de diversificação dentro do próprio setor agrícola. O grande pilar da economia brasileira era o café, e portanto, este deveria ser o produto privilegiado por qualquer medida econômica. Por fim, seguindo a linha editorial dos periódicos, as causas dos males econômicos do país eram culpa da política intervencionista do Estado que impedia a liberdade econômica.

A proposta de Alves de Lima era a de recuperar a hegemonia perdida dos cafeicultores devido a revolução de 1930. Em seu entendimento, os jornais deveriam servir como uma tribuna de luta. No entanto, 15 anos após comprar os periódicos, os resultados não atingiram o resultado esperado, o que foi um dos fatores fundamentais para que ele decidisse pela venda dos jornais e abandonasse definitivamente a carreira jornalística.

Em março de 1945 o jornalista José Nabantino Ramos assumiu a direção das folhas e instituiu de imediato uma nova estrutura administrativa com o intuito de modernizar os periódicos. Os jornais passaram a ter uma identidade própria e a assumir posturas nos segmentos político e econômico. Com o apoio de Clovis Queiroga e Alcides Ribeiro Meirelles, Nabantino conseguiu aos poucos dar uma nova dinâmica à empresa.

Essa diretoria apresentava a seguinte composição: Meirelles tinha suas raízes nos interesses agrários, Queiroga na indústria brasileira, ao passo que Nabantino Ramos era ligado ao governo Dutra através de seu ministro da Justiça. Tinha-se assim a condição ideal, dado o relativo equilíbrio de forças, para imprimir ao jornal um caráter mais moderno, ao mesmo tempo em que se procurava preservar uma relativa liberdade de pensamento. (Verbete Folha de São Paulo, CPDOC, 2021)

A modernização dos periódicos implementada por Nabantino possibilitou que as folhas ganhassem fôlego e conseguissem disputar mercado com os Diários Associados de Assis Chateaubriand. O caráter agrário impresso pela empresa anteriormente deu lugar a um jornalismo mais popular e urbano. Para Nabantino era essencial que os leitores se

identificassem com os jornais, e que os mesmos representassem os interesses da classe média urbana de São Paulo. A nova linha editorial deu espaço para campanhas e temas variados como a luta pela melhoria dos transportes públicos e a defesa do meio ambiente no estado.

Neste caso, investiu contra pesados interesses do grupo Camargo Corrêa, não sem prejuízos para as Folhas. Além de outras campanhas menores, como a denúncia sistemática de irregularidades administrativas na CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), a Folha investiu, sob a coordenação de Mário Mazzei, contra o governo Jânio Quadros, prefeito em 1952. (MOTA e CAPELATO, 1981, p.104)

O início das atividades de Nabantino frente a direção das Folhas, coincidiu com o processo de redemocratização do Brasil ao final do Estado Novo, que estava inserido no contexto da derrocada do nazifascismo ao final da Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, os jornais assumiram um posicionamento no sentido da defesa da luta democrática.

As páginas do jornal traduzem o clima da época – externamente a vitória dos aliados sobre o totalitarismo, internamente a queda do Estado Novo, com este identificado. Diante dessa realidade, “a humanidade inteira se enche de esperanças no advento de uma era melhor e mais bela de liberdade e civilização” (FOLHA DA MANHÃ, 26/08/1945). No entanto, este otimismo não significava a crença de que tudo estava definido. O jornal apontava para deficiências fundamentais que o Estado Novo só fizera agravar: “falta de consciência política”, por exemplo. Invocando a antiga imagem do Jeca Tatu, se voltava contra a ditadura que “durante oito anos deixou o Jeca à margem da vida política”. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 153)

Um dos traços dominantes do pensamento das folhas foi o desenvolvimentismo, mas não o nacional desenvolvimentismo relacionado ao populismo varguista. Os periódicos defendiam o desenvolvimentismo como uma forma de prevenção a subversão social, apregoando diversas vezes a “ajuda americana”. “Na perspectiva do desenvolvimento como fator de segurança, se integrava a defesa da educação. O analfabetismo era visto como um campo fértil para a penetração das “ideologias extremistas”, cabendo, pois, à educação a tarefa de reafirmar os valores do sistema para fazer frente aos que ameaçavam a ordem estabelecida”. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 179)

É importante ressaltar que a defesa da ordem e da estabilidade social foi um aspecto muito presente na linha editorial das Folhas, desde a fundação por Olival Costa, passando pela direção de Octaviano Alves de Lima, até a fase de Nabantino Ramos. A intransigência na defesa da ordem e a ênfase na luta contra a subversão acabaram por evidenciar a posição que o jornal viria a assumir mais adiante, no contexto do Golpe Civil-militar de 1964.

Imparcialidade e neutralidade política são duas coisas diferentes, e no propósito de lutar pela imparcialidade política, fica explícito a grande ênfase que as folhas davam ao bem comum como um norteador indispensável para as atividades editoriais. Neste sentido

defendia-se o “sufrágio universal”⁵, levando-se em conta que a “qualidade será substituída pela quantidade”, e que, “num país de massas incultas como o nosso, a tendência do grande eleitorado é votar no candidato do governo”. (Verbete Folha de São Paulo, CPDOC, 2021)

Em 1945, a liberdade de imprensa era defendida, assim como eram defendidos os trabalhos da assembleia constituinte e o direito do Partido Comunista Brasileiro (PCB) concorrer às eleições. No entanto, em 1947, as folhas passaram a defender abertamente a extinção do PCB e a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas no congresso. Na edição da Folha da Manhã do dia 13 de julho de 1947 era lançado um texto que:

Proíbe a atividade de partidos antidemocráticos e, por extensão, a de seus membros e representantes, como é o caso dos parlamentares comunistas. Ora, é perfeitamente democrático que a vontade da maioria do povo brasileira, assim expressa na constituição, prevaleça sobre a vontade da maioria comunista e a impeça de interferir na política. (FOLHA DA MANHÃ, p. 4, 13/07/1947)

Nas eleições presidenciais de 1950, as Folhas declaram apoio abertamente à candidatura de Eduardo Gomes, e a partir de 1952 oposição ao governo de Getúlio Vargas. A posição oficial era a de “adotar qualquer providência que seja capaz de estabelecer a confiança popular na ação governamental, a fim de que as multidões descontentes tenham ânimo de esperar mais uma vez”. (FOLHA DA MANHÃ, p. 4, 09/08/1952)

Diante do suicídio de Vargas em 1954, as Folhas passaram a condenar aos que apoiaram a renúncia ou a deposição do presidente, reafirmando que teria sido melhor aguardar o fim do mandato, visto que as forças armadas haviam garantido a ordem. Para garantir esta ordem, era necessário impor obstáculos à reprodução do modelo populista. Isso serviu de pretexto para que a linha editorial dos jornais fosse de oposição à candidatura de Juscelino Kubitscheck.

Em 1960 as três Folhas são reunidas e rebatizadas sob um único nome: “Folha de São Paulo”. Seus novos proprietários, os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle como acionistas majoritários, dando início a um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, o grupo “Folha”.

3.2 A FOLHA DE SÃO PAULO E O PERÍODO PRÉ ELEITORAL: 1959-1960

⁵O sufrágio universal consiste no pleno direito ao voto de todos cidadãos adultos, independentemente de alfabetização, classe, renda, etnia ou sexo, salvo exceções menores.

O ano de 1960 representa, para a história do Brasil, o último capítulo de um momento democrático iniciado 15 anos antes. No dia 03 de outubro daquele ano, o povo brasileiro foi às urnas para escolher seu novo presidente da república, sem imaginar que tal fato só voltaria a acontecer 29 anos depois. As forças antidemocráticas que no decorrer daqueles anos haviam flertado constantemente com o golpe, iriam finalmente tomar o poder, influenciados diretamente pelos acontecimentos que se sucederam a partir do resultado daquelas eleições.

A eleição presidencial é um acontecimento de grandes proporções, portanto, dentro deste cenário, a imprensa assume seu papel natural de noticiar e informar sobre os fatos referentes a esse grande acontecimento. É através da imprensa que as notícias chegam ao conhecimento do grande público. Sendo assim, ela adquire uma importância para com a história. Segundo Tânia de Luca (2008): “As renovações da história política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”. (LUCA, 2011, p. 128)

A Constituição de 1946 definia um mandato de 5 anos para o presidente da república e vetava o direito à reeleição. O vice-presidente era eleito em uma votação própria, o que significava que o presidente e seu vice poderiam ser oriundos de alianças opostas, fato que veio a ocorrer apenas em 1960. Dentre os presidentes eleitos desde a redemocratização em 1945, apenas o ex-presidente Dutra havia sido eleito e transmitido o cargo para um sucessor igualmente eleito (Vargas). Juscelino Kubitschek (JK) que ocupava o cargo naquele momento, seria o segundo e último presidente a repetir tal ato até o ano de 2003.

As movimentações em torno da sucessão de JK tiveram início em 1959. O viés nacional desenvolvimentista de seu governo, somado ao sucesso de seu plano econômico mantinham sua popularidade elevada e de olho na reeleição em 1965. No entanto, a receita de JK começava a dar sinais de esgotamento “A situação financeira do país era grave, “o governo não tinha controle sobre os gastos, e seu sucessor precisaria adotar um programa rigoroso de austeridade econômica”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 429)

As crescentes divergências e contradições da aliança PTB-PSD contribuíram para os planos de JK, que manobrava para viabilizar o nome de Juraci Magalhães como um candidato de união nacional. Na concepção de Juscelino, a eleição pelo voto popular de um candidato da UDN, derrotada nas três últimas eleições, seria uma excelente oportunidade para estabilizar a vida democrática brasileira, ao mesmo tempo em que os problemas sociais e econômicos que se anunciavam recairiam sobre o partido, colaborando assim, para o seu retorno à presidência nas futuras eleições de 1965, com a apresentação de um novo programa de crescimento.

As crescentes cizânias da aliança PSD-PTB por diversas vezes geraram conflitos entre JK e o seu vice João Goulart. Alguns desses conflitos foram noticiados pela Folha de São Paulo, como a manchete publicada no dia 05 de janeiro de 1960, de autoria de José Nabantino Ramos, intitulada Juscelino vs. João Goulart:

Juntando os marqueteiros e os incitadores de greves, na mesma qualificação de inimigos do povo, na mensagem do dia 31, o presidente Juscelino atacou frontalmente o sr. João Goulart. Não é segredo para ninguém que o vice-presidente tem sempre um dedo em todos os movimentos grevistas que ocorrem no país. São conhecidas suas ligações com os líderes sindicais e comunistas que os dirigem. E daí? Prossegue a confusão e aumentam as dificuldades entre os dois chefes, que até há poucos meses viviam na melhor harmonia. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 05/01/1960)

A manchete publicada pelo jornal tem como base o discurso de ano novo proferido pelo presidente JK no último dia de 1959. Além de noticiar o desentendimento entre os chefes do poder executivo do país. O texto emite opinião sobre o vice-presidente João Goulart, relacionando-o a movimentos grevistas, “líderes sindicais” e “comunistas”, figuras por diversas vezes apontadas pelo periódico como responsáveis pelo clima de desordem e subversão no país. O texto continua o ataque a Jango afirmando que o mesmo “não quer chegar as eleições no governo”, que “não o largou ainda” porque “ele e sua gente não sabem viver sem as graças oficiais” e que se “não puder continuar incitando greves ou se elas não lhe melhorarem a popularidade”, teria que “largar mesmo tais maravilhas, apesar de muito habituado a elas”.

A manchete cita também o presidente JK e o marechal Henrique Teixeira Lott, que naquele momento era aspirante a candidato. O texto trata a figura de Juscelino de forma mais imparcial, apresentando o presidente como figura passiva diante dos problemas que assolavam o país. Segundo o autor, o presidente começava a “impressionar-se com a elevação do custo de vida”, detestava greves que poderiam agravar o problema ainda mais, e comprometer o seu “último ano de governo”. Ele afirma também que Juscelino pensava “por vezes em alijar o PTB das posições” não sendo difícil para ele “obter senão a adesão da UDN” apesar desta não ter interesse em participar de seu governo às vésperas da eleição de outubro. Sobre o marechal Lott, Nabantino Ramos afirmava que assim como Jango, o marechal tinha interesses eleitorais e que o mesmo “só pode ver com simpatia (não confessada embora), movimentos que se destinam a dar aos trabalhadores melhores salários”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 05/01/1960)

Voltando ao ano de 1959, houve o plano de lançamento candidatura de Juraci Magalhães articulada por Juscelino durou pouco, sendo definitivamente enterrada no dia 20

de abril, quando se deu o lançamento, no Rio de Janeiro, da candidatura de Jânio Quadros para a presidência da república. O ex-governador de São Paulo e então deputado federal pelo Paraná, vinha em ascensão meteórica e rapidamente chamou a atenção de importantes membros da UDN, entre eles, Carlos Lacerda, o mais ferrenho opositor de Getúlio Vargas, do PTB e do trabalhismo. A candidatura de Jânio provocou uma divisão na UDN e inviabilizou definitivamente os planos de Juscelino. Segundo SCHWARCZ; STARLING:

um personagem politicamente incontrolável para os propósitos de Juscelino. Desde que assumiu o primeiro mandato de vereador, em 1948, Jânio vinha numa escalada vertiginosa, tendo sido eleito sucessivamente deputado estadual, prefeito e governador – venceu três eleições em cinco anos, atuando sempre em São Paulo. Tinha a fama de administrador honesto e competente, não possuía vínculos com o legado de Vargas – mas tampouco carregava a pecha de antigetulista – e o tom de sua campanha era música para os ouvidos da UDN: ataques à corrupção, à inflação, à alta do custo de vida, ao desperdício de dinheiro com as obras monumentais de Brasília, acompanhados de promessas de crescimento econômico, austeridade pública e contenção de gastos. Jânio jamais explicou de maneira convincente como iria superar os limites do governo de Kubitschek ou atacar os problemas fundamentais ao desenvolvimento brasileiro. Sua mensagem era antipolítica. (SCHWARCZ; STARLING, p. 429)

O “provável lançamento” das candidaturas de Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott foram noticiadas pela Folha na edição de 20 de abril de 1959 do antigo jornal Folha da Noite. A notícia em forma de texto não demonstra nenhum tipo de viés favorável ou contrário a nenhum dos dois candidatos. A manchete deixava claro o caráter “Oficial” da candidatura de Jânio Quadros e do caráter “Extraoficial” da candidatura do marechal Lott, além de informar alguns dados importantes sobre a convenção do PTS e sua pauta, e do retorno de Lott, então Ministro da Guerra, de uma viagem aos Estados Unidos e a recepção que lhe seria feita nas ruas. Abaixo a descrição de um pequeno trecho da publicação:

No decorrer desta semana, duas candidaturas à presidência da República serão provavelmente lançadas. A do sr. Jânio Quadros, em caráter oficial, e a do marechal Lott, extraoficialmente. O nome do ex-governador de São Paulo deverá ser indicado pelo PTS em convenção nacional. Por outro lado, afirma-se que, simultaneamente com o regresso do marechal Lott ao país, o deputado Armando Falcão, líder do governo na Câmara Federal, em entrevista a ser publicada por uma revista carioca, lançará o nome do valente militar como candidato a chefia do governo. (FOLHA DA NOITE, p. 02, 20/04/1959)

O jornalista e então deputado federal Carlos Lacerda da UDN foi um dos primeiros membros do partido a defender a adesão à candidatura de Jânio Quadros e rechaçar a candidatura Juraci Magalhães. Em entrevista concedida à imprensa durante uma visita a São Paulo em 16 de maio de 1959 Lacerda afirmou:

O governador Juraci Magalhães colocou a possibilidade de sua candidatura à presidência da República em termos claros, com o preenchimento de certas condições que o deixaram muito bem. Essas condições, entretanto, não foram preenchidas, logo a candidatura Juraci não existe [...] Uma vez que as condições exigidas por Juraci não foram atendidas, a UDN está inteiramente à vontade para concluir entendimentos e marcar sua convenção para a escolha de seu candidato à presidência da República que é o senhor Jânio Quadros. (FOLHA DA MANHÃ, p. 03, 16/05/1959)

Para SCHWARCZ; STARLING o entendimento de Carlos Lacerda foi certo. “Em torno de Jânio se cristalizavam impulsos de esperança e adesão vindos de todas as camadas sociais – e, em especial, do eleitor de classe média, atormentado pelos efeitos da inflação, que enxergava no candidato a encarnação do gestor enérgico e capaz de comandar com eficiência os solavancos de uma economia em crescimento.

A candidatura de Ademar de Barros à presidência da República foi anunciada oficialmente em 02 de junho de 1959. A folha fez uma pequena cobertura que foi publicada na edição da Folha da Manhã:

Despido do caráter de convenção, o encontro de dirigentes nacionais e estaduais do PSP [...] foi antecipado para hoje na capital da república. Segundo revelou ontem à reportagem o deputado Paulo Lauro, será lançada durante essa reunião [...] a candidatura do prefeito Ademar de Barros à presidência da República, “ad referendum” da Convenção Nacional que será oportunamente evocada. (FOLHA DA MANHÃ, p. 03, 02/06/1959)

A candidatura do marechal Lott à presidência da República começou a ser articulada por alguns setores do PSD e do PTB em paralelo às movimentações de Juscelino. Algumas figuras importantes como João Goulart optaram por omitir, pelo menos de início, o seu apoio, ante a falta de penetração popular e a fraqueza eleitoral do então ministro da Guerra. O rompimento do governo brasileiro com o FMI em junho de 1959 amenizou as cizânias entre o PSD e o PTB. No entanto, a oposição à candidatura do marechal Lott voltou a ganhar força dentro do PTB quando Jango viajou para a Conferência Internacional do Trabalho em Genebra. Nesta ocasião, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assumiu a presidência interina do partido, aproveitando a oportunidade para tentar mobilizar trabalhadores com o intuito de deflagrar greves, reivindicando a retirada da indicação do marechal em favor de um candidato verdadeiramente popular e nacionalista.

Ao regressar de viagem, Jango se reuniu com JK e se comprometeu a definir a posição do PTB na questão da sucessão presidencial. Após se reunir com Brizola, Jango finalmente anunciou a adesão do PTB à candidatura do marechal Lott, lançada em 4 de julho de 1959. (Verbete Partido Trabalhista Brasileiro(1945-1965), CPDOC, 2021)

Após esse contexto, no próximo capítulo, será abordado como a campanha eleitoral de 1960 repercutia nas folhas do jornal. Assim como, serão elencados os desdobramentos políticos pós início do período eleitoral.

3.4 A CAMPANHA ELEITORAL NA FOLHA

A campanha eleitoral de 1960 teve seu início oficial em meados de fevereiro e ficou marcada pelas indefinições por parte dos candidatos e dos partidos. O PTB oficializou o apoio a candidatura do marechal Lott para presidente e o lançamento de Jango como candidato a vice-presidente durante a Convenção Nacional do partido realizada no dia 19 do mesmo mês. Mesmo oficializando o apoio ao candidato do PSD, o partido sofreu inúmeras dissidências por parte de alguns diretórios estaduais.

Dias antes da convenção do PTB, o marechal Lott, então Ministro da Guerra, realizou a transmissão do cargo para seu substituto, a fim de dedicar-se integralmente às atividades da campanha presidencial. Após a cerimônia, o candidato do PSD realizou seu primeiro comício, no largo da carioca, no Rio de Janeiro. A Folha de São Paulo, noticiou os acontecimentos em sua edição do dia 16 de fevereiro, sob os títulos “Empossado o mal. Denys no Ministério da Guerra” e “Grande manifestação popular ao mal. Lott”. As matérias, com seus títulos em destaque, possuem apenas caráter informativo, e narram os detalhes dos acontecimentos.

O mal. Lott, na transmissão do cargo de ministro da Guerra ao mal. Denys, disse hoje, que a sua candidatura “não é do Exército, nem foi por ele imposta, mas é, sim, a de um intransigente defensor da lei e da política desenvolvimentista nacional, que pretende dirigir os destinos da pátria sem quaisquer compromissos subalternos ou com grupos econômicos, que possa comprometer o futuro da Brasil”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 16/02/1960)

Na mesma página, também está publicado o editorial da edição, intitulado “Fim das Manobras”. Nele, o jornal expressa suas expectativas em relação à Convenção do PTB que seria instalada no dia seguinte, a fim de homologar a chapa Lott-Jango para o pleito. Segundo a linha do editorial, a aliança PSD-PTB e a indicação das candidaturas de Lott e Jango como presidente e vice “era das mais nítidas que se apresentava”, no entanto, a confirmação dessa decisão “tida e havida como sua solução natural, enveredou o partido por toda uma série de caminhos tortuosos”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 16/02/1960).

Os caminhos tortuosos seriam a tentativa de lançamento da candidatura do próprio João Goulart à presidência, fazendo oposição ao próprio governo que participava, criando dificuldades para a renovação da aliança com o PSD. O editorial encerra:

A homologação da chapa Lott-Jango no conclave petebista deve servir também de estímulo para que as correntes contrárias reencontrem o elã que parecem ter perdido e cerrem fileiras em torno dos candidatos escolhidos. A fase das indecisões já passou e daqui para a frente a campanha entra na fase aguda, a exigir o máximo de esforço dos que nela estão empenhados. Quanto mais convictamente entrarem os partidos na liça mais probabilidades haverá de que o eleitorado, em outubro próximo, faça a melhor escolha. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 16/02/1960)

As relações entre os candidatos a presidente e vice também estavam conturbadas na aliança de oposição, que lançou a candidatura de Jânio Quadros. No editorial intitulado “A Vice-Presidência: Barril de Pólvora”, publicado na edição de 27 de fevereiro de 1960, o periódico discorre sobre o fato de a aliança janista possuir dois candidatos a vice-presidente:

Voltam a azedar-se os ânimos dos partidários do sr. Jânio Quadros, por motivo da vice-presidência. O problema já deu motivo, há alguns meses, a várias divergências. Recompostos os ânimos e reiniciada a campanha do candidato oposicionista, eis que agora ressurgem a desinteligência. Primeiro, foram as queixas do sr. Leandro Maciel ao seu próprio partido. Agora, no correr da visita do sr. Jânio Quadros à zona Sorocabana, choques mais vivos entre os partidários do sr. Ferrari e os do sr. Maciel. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 27/02/1960)

Na visão do jornal, a existência de dois candidatos a vice-presidente dividiria os votos do eleitorado, enfraquecendo a candidatura de Jânio, e por consequência, beneficiando a chapa situacionista. O editorial conclui que “é chegado, pois, o momento, no interesse dos próprios partidos que se uniram em torno do sr. Jânio Quadros, de impedir que os desentendimentos se agravassem. Caso contrário, estarão deliberadamente arriscando-se a um malogro total, no que respeita à vice-presidência, com repercussão negativa também na campanha do candidato comum que escolheram para disputar a presidência da República.

O editorial da edição do dia 01 de março, mostrava o “Novo tom” dado por Jânio Quadros a sua candidatura. Segundo ele, a campanha janista esteve perto de “perder quase todo o sentido” devido à impossibilidade de “transferir para o âmbito nacional o tema de suas campanhas em São Paulo – as ferozes diatribes contra a corrupção”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/03/1960)

As bandeiras levantadas por Jânio, de varrer a corrupção e o que aí está não encontrariam respaldo em um eleitorado que vivenciava o progresso do país e o desenvolvimento possibilitados pelo governo que estava em vigor. Para o periódico, “continuar negando isso, seria difícil para o sr. Jânio Quadros. Inteligentemente, porém, e

ainda em tempo, o candidato udenista soube reformular o tom de sua pregação, adaptando-o à realidade e às circunstâncias do nosso tempo”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/03/1960)

O editorial cobrava do candidato a apresentação de soluções concretas para os problemas que ele dizia enxergar e finaliza:

O sr. Jânio Quadros parece aliás ter se habituado a conquistar governos sem programas, ou com programas mais do que vagos resumidos em “gozar” do tipo “honestidade e trabalho”. A sua pregação ganharia em autenticidade se esclarecesse melhor pontos de vista em face das falhas que considera haver no desenvolvimento atual e se mencionasse exemplarmente o que vai fazer para saná-las. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/03/1960)

As edições da Folha de São Paulo publicadas nos meses iniciais da campanha eleitoral trazem uma cobertura mais detalhada dos bastidores das candidaturas. No decorrer dos meses essas publicações vão diminuindo de volume, no entanto elas continuam presentes em todas edições. As publicações referentes aos eventos e ao dia-dia dos candidatos apresentam sempre um caráter informativo e não opinativo por parte do periódico. As únicas publicações onde é possível verificar os posicionamentos e as convicções da direção do jornal são através dos editoriais.

O favoritismo de Jânio ficou evidenciado desde o início da campanha. “Ele reunia as esperanças da elite antigetulista; do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos e se via atingida pela alta do custo de vida; assim como da grande maioria dos trabalhadores”. (FAUSTO, p. 437)

A candidatura do marechal Lott se mostrou incapaz de bater de frente com o fenômeno janista, apesar de todas as qualidades do marechal, que foi o principal garantidor da continuidade do regime democrático que quase foi quebrado em 1955. “Exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas se tornaram evidentes. Falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava ao PSD com sua defesa sincera da concessão de voto aos analfabetos; desagradava ao PTB e principalmente à esquerda com duas críticas também sinceras a Cuba e ao comunismo”. (FAUSTO, p. 437)

Para SCHWARCZ; STARLING, o apelo de Jânio Quadros enquanto candidato não estava apenas em suas palavras. “Jânio tinha o senso do espetáculo na política. Não hesitava, num comício, em simular desmaios de fome, tomar injeção para recuperar forças, vestir terno velho, de ombros estrategicamente salpicados por um pó que dizia ser caspa, usar gravata torta, sentar no meio fio para comer sanduíche de mortadela e bananas – queria ser percebido

visualmente como parte da população pobre, trabalhadora, sofrida”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 430)

As alianças políticas eleitorais das principais candidaturas da eleição de 1960 possuíam muitas fragilidades em suas composições. Do lado governista, a aliança PSD-PTB vinha se desgastando desde 1955. Por vezes os desentendimentos entre Juscelino e Jango foram noticiados pela imprensa. O PTB mesmo só aderiu à candidatura de Lott em cima da hora. Do lado da oposição, a UDN que já havia perdido as três últimas eleições presidenciais, só abraçou a candidatura de Jânio Quadros após constatar que não tinha nenhuma chance. Jânio por sua vez tinha pouco ou nenhum compromisso com a UDN. Dentro deste cenário surge o movimento que ficou conhecido como Jan-Jan: Jânio Quadros para presidente, João Goulart vice. Este movimento chegou ao conhecimento dos dois candidatos, que trataram de incentivá-lo de olho na vitória eleitoral.

O registro mais antigo da menção a “chapa jan-jan”, em um periódico do grupo Folha, data do dia 24 de maio de 1959 no jornal Folha da Manhã, na coluna intitulada “Flashes” do Senado”, assinada por Fagundes de Menezes:

CHAPA “JAN-JAN” Embora seja fraca a piada vamos registrá-la. Perguntaram ao sr. Lourival Fontes se era verdade que seu candidato à presidência da República seria o sr. Jânio Quadros, numa chapa com o sr. Jango Goulart na vice-presidência. Logo depois indagaram se o representante sergipano era favorável à chapa Jango-Jânio. E o sr. Lourival: - Posso apenas adiantar que a chapa de minha preferência é a “Jan-Jan”. (FOLHA DA MANHÃ, p. 03, 24/05/1959)

Questionado pela Folha de São Paulo sobre o seu apoio à “fórmulas” extraoficiais, Jango respondeu: “Não acredito que o chamado grupo compacto do PTB na Câmara Federal esteja disposto a romper comigo, caso não me comprometa publicamente com os destinos da candidatura Lott. Reprovando as fórmulas “Jan-Jan” e “Ade-Jan” - declarou ao chegar, na noite de ontem, a São Paulo, o sr. João Goulart, que procedia de Itararé”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 10/09/1960)

Na edição do dia 15 de setembro de 1960, a Folha de São Paulo voltou a tratar do assunto “Jan-Jan” em uma publicação intitulada “Jânio e Jango responsabilizados pelo movimento Jan-Jan”:

O problema criado com a instalação de numerosos comitês em favor de candidatos pertencentes a forças políticas contrárias, está sendo encarado de maneira diversa por círculos políticos. Alguns afirmam que é consequência de não terem ainda as elites dirigentes atingido a necessária maturidade enquanto outros se limitam a acusar candidatos como responsáveis por essas alianças “espúrias” até agora não repetidas por nenhum dos envolvidos. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 15/09/1960)

O eleitorado brasileiro havia crescido muito desde a primeira eleição democrática em 1945, graças a urbanização, industrialização e o conseqüente aumento do interesse pela participação na política. “De 5,9 milhões em 1945, passou a 7,9 milhões em 1950; 8,6 milhões em 1955 e finalmente 11,7 milhões em 1960, na última eleição direta para presidente da República que o país conheceu até 1989”. (FAUSTO, p.437)

Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de 1960 recebendo “a maior votação até então registrada no país: 5.636.623 votos contra 3.846.825 dados a Lott. Jango, de novo eleito, obteve 4.547.010 votos, número superior ao de eleitores de Lott”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 431)

Pela primeira vez na história do Brasil o presidente da República e o vice eram chapas adversárias. “A votação de Jânio e Jango nos meios operários expressou o nítido avanço do PTB, acompanhado, não obstante de uma dissidência sindical trabalhista, nascida em São Paulo, que se indicou por Jânio. [...] Em pouco tempo os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada”. (FAUSTO, p. 437)

3.4 RUPTURAS E CONTINUIDADES: UMA ANÁLISE POLÍTICA PARA ALÉM DA DÉCADA DE 1960

Thomas Skidmore define Jânio Quadros como “um corpo estranho, por excelência” dentro do cenário político. “Por não estar ele definitivamente identificado como um líder anti-Vargas (embora ninguém o considerasse jamais um getulista) foi visto como um tipo capaz de transcender as linhas estabelecidas do conflito”. (SKIDMORE, p. 231)

O presidente eleito em 1960 parecia não fazer parte de nenhuma das principais forças políticas daquele período. Iniciou sua carreira política a partir da eleição para vereador em 1947, tendo assumido apenas em 1948, após a cassação dos mandatos e do registro do Partido Comunista Brasileiro. (Verbetes Jânio Quadros, CPDOC, 2021)

A carreira política de Jânio Quadros teve uma rápida ascensão. De vereador em 1948, elegeu-se deputado estadual em 1950. Três anos depois, disputou e venceu a eleição para a prefeitura de São Paulo, e em 1954 afastou-se do cargo para disputar o governo do estado, venceu as eleições e foi empossado governador em 31 de janeiro de 1955. Durante o período que esteve à frente do governo do estado estreitou relações com o presidente Café Filho, o que criou condições propícias para a recuperação financeira de São Paulo. Durante o governo JK, a nova política econômica e a aplicação do Plano de Metas proporcionaram ao estado de São

Paulo ser o grande beneficiário, pela implantação de novas indústrias e pela concentração de crédito. (Verbete Jânio Quadros, CPDOC, 2021)

Apesar disso tudo, durante o governo JK, Jânio Quadros permaneceu alinhado com a oposição udenista em relação a maioria dos aspectos da política econômica federal. A expansão econômica do estado resultou no aumento da receita tributária e na criação de condições favoráveis à diminuição do déficit financeiro herdado dos governos anteriores. (Verbete Jânio Quadros, CPDOC, 2021)

Para SKIDMORE, Jânio Quadros:

havia sido, durante toda sua carreira, um político não ortodoxo. [...] A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o “antipolítico”, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo, os quais se apegavam aos hábitos pré-1930 e não podiam se adaptar às necessidades de um Brasil urbano e moderno. (SKIDMORE, p. 231)

Durante os sete meses em que ocupou a cadeira de presidente da República, Jânio Quadros “obteve êxito em renegociar as dívidas internacionais e lançou o mais completo programa de combate à inflação já experimentado desde Vargas. É certo também que, com a colaboração do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, da UDN mineira, Jânio se deu bem na condução de uma política externa independente”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 431)

A posse de Jânio Quadros e João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961, foi noticiada pela Folha de São Paulo, na edição do dia seguinte. No editorial intitulado “Nem Sangue, Nem Lágrimas”, o jornal descrevia a situação política e econômica deixada pelo governo anterior e declarava suas expectativas em relação ao novo governo que se instalava.

Sob quatro aspectos o sr. Jânio Quadros recebe, para governar, um país magnífico. Está politicamente tranquilo, porque a oposição o prestigia e os Partidos agora deslocados do governo apenas aguardam convite para apoiá-lo. As forças militares, agitadas desde 1922, estão praticamente acomodadas, graças à cordura do governo findo. A capital, transferida para o interior, situa-se em lugar que convida ao trabalho, aonde chegará, já atenuada a agitação da vida nacional. E o desenvolvimento econômico está em plena marcha, reclamando somente consolidação e disciplina. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/02/1961)

Além das expectativas, o editorial da Folha também alertava para os problemas que o novo presidente teria de enfrentar - “a inflação, a situação social e a dívida externa”. Apontando a solução na sequência. “Para todos eles há, todavia, velhos remédios, que serão particularmente ajudados pelo geral otimismo que predomina no Centro-Sul e pela

expectativa favorável à América Latina que existe nas nações capitalistas”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/02/1961)

Os “velhos remédios” sugeridos pelo periódico seriam, no caso da inflação, o combate ao desperdício de dinheiro no serviço público, a suspensão de obras não essenciais, a redução do crédito para fins especulativos e seu aumento para a área da produção, “como sempre se pregou e nunca se fez direito”. No caso da situação social, o combate às greves ilegais no serviço público - “porque a servidores do governo a lei não concede nem pode conceder o direito à greve”, que provocavam o caos e eram “negligenciadas pelos administradores”. Por fim, no caso da dívida externa, “parte do preço do progresso”, a obtenção de prorrogação do prazo, uma vez que “os credores sabem que é preciso atendê-la, porque a luta contra o subdesenvolvimento interessa a defesa do ocidente contra a expansão do comunismo”. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/02/1961)

O editorial encerra com a seguinte mensagem:

Para continuar o progresso, consertar o errado e salvar o abandonado em nossa terra, não será preciso nem sangue nem lágrimas. Bastará suor, esforço, tenacidade, patriotismo. É o que se espera do sr. Jânio Quadros, que ontem assumiu a chefia da nação. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 03, 01/02/1961)

De modo geral, Jânio Quadros foi tratado de forma pacífica pela Folha de São Paulo durante o período em que esteve na presidência. O periódico apoiou o presidente em praticamente todas as suas decisões, conforme demonstram alguns editoriais publicados no decorrer de 1961. A edição do dia 01 de Junho, contém um editorial intitulado “Confiança no Regime”:

A segunda entrevista coletiva do sr. Jânio Quadros contém conceitos que representam verdadeira profissão de fé democrática. Não obstante a ênfase que se deu, naquele contacto com jornalistas, aos assuntos relacionados com a política externa do Brasil, o ponto alto da conferência foram os juízos exatos e elevados que o presidente expendeu a propósito do regime em que vivemos e do papel que, dentro dele, representa a imprensa livre, como condição primeira para a preservação das liberdades fundamentais do homem. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 4, 01/06/1961)

As críticas da Folha de São Paulo ao governo de Jânio Quadros se deram principalmente por conta da tentativa, por parte do presidente, de implementar uma política externa independente, fugindo do alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos.

As medidas tomadas pelo presidente desagradaram a UDN que começou a ameaçar seu desembarque do governo. Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, e principal membro da UDN aliado ao presidente, foi o primeiro a criticar a política independente implementada por Jânio. A Folha de São Paulo, diante dos ataques proferidos por Lacerda, adotou uma postura em que reconhecia os “equivocos” da política externa do

governo, ao mesmo tempo em que criticava a figura do governador da Guanabara pelo papel de oposição que o mesmo vinha adotando, e defendia o direito de Jânio Quadros, enquanto presidente e representante máximo da democracia em exercer suas prerrogativas, conforme mostra o editorial publicado na edição de 23 de agosto, intitulado “Preserve-se a Ordem Pública”:

De nenhuma forma se pode desejar – e menos ainda permitir – que os últimos acontecimentos políticos, agravados com a ameaça de renúncia do governador da Guanabara, fomentem o desassossego e a perturbação da vida nacional. [...] As críticas do sr. Carlos Lacerda à política externa do governo federal são procedentes em sua essência, já o dissemos. A apregoada renúncia do governador, entretanto, é mera questão de foro íntimo [...] Já a exploração em torno desse fato, as ameaças, arrogâncias e aparências golpistas que envolvem o episódio constituem manifestações de todo condenáveis, por incompatíveis com o interesse público. A preservação da ordem constitucional é o que mais importa e o próprio sr. Carlos Lacerda, que se gaba de ser paladino do regime, prestaria melhor serviço à pátria se soubesse conter seus arroubos e exercesse, através das tribunas ao seu alcance [...] a vigilância democrática necessária ao equilíbrio do poder. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 4, 23/08/1961)

As divergências entre o Jânio Quadros e a UDN se agravaram no dia 19 de agosto, quando o presidente condecorou o então Ministro Cubano, Ernesto “Che” Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, “a mais alta condecoração do Brasil a personalidades estrangeiras”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 432) A folha de São Paulo criticou abertamente o presidente da República através do editorial intitulado “A Gota Dagua”:

A mania de condecorações parece, de fato, ter-se apossado do sr. Jânio Quadros. É sintomático que a maioria delas, nos últimos tempos, tenha sido concedida a personalidades estrangeiras comunistas. Tolerou-se – embora se estranhasse – a liberdade com que o chefe da nação agraciou com a mais alta condecoração nacional diversos membros da missão soviética de boa-vontade que há pouco nos visitou. Compreendeu-se que o cosmonauta Gagarin recebesse a comenda do Mérito Aeronáutico. Mas é positivamente indesculpável a concessão do Cruzeiro do Sul a “Che” Guevara. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 4, 22/08/1961)

De acordo com SCHWARCZ; STARLING, havia motivos práticos para o presidente querer estreitar relações com o governo cubano: “existia a possibilidade de empresas brasileiras estabelecerem comércio de bens e maquinaria com os países do bloco socialista, através de Cuba”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 433) A condecoração de “Che” Guevara provocou a indignação dos setores civis e militares mais conservadores, que chegaram a protocolar um pedido de impeachment contra Jânio Quadros:

O alm. Pene Boto confirmou ontem à noite que encaminhou ao presidente da Câmara Federal representação em que solicita a decretação do “impeachment” do presidente Jânio Quadros, como incurso em crime de responsabilidade, de

acordo com o artigo 89, §4.o, da Constituição Federal, que dispões sobre os atentados contra a segurança interna do país. A representação está contida em 14 laudas datilografadas e história os atos do presidente da República, relacionados com a política externa do Brasil. (FOLHA DE SÃO PAULO, p. 4, 22/08/1961)

No dia 25 de agosto, Jânio compareceu ao desfile militar do dia do Soldado, na Esplanada dos Ministérios, participou da solenidade, voltou ao palácio, convocou os ministros militares e os comunicou oficialmente que estava renunciando ao cargo. “Diante dos militares atônitos, enfatizou: “Com este congresso não posso governar. Organizem uma junta e dirijam o país”. Assinou a carta de renúncia, determinou ao ministro da Justiça que a encaminhasse ao Congresso apenas às quinze horas, e às onze embarcou no avião da Presidência rumo a Base Aérea de São Paulo, em Cumbica – na saída de Brasília instruiu o ajudante de ordens que o acompanhava a levar consigo a faixa presidencial”. (SCHWARCZ; STARLING, p. 433)

Os desdobramentos da renúncia de Jânio Quadros mergulharam o Brasil novamente em uma grave crise institucional, que culminou, anos mais tarde, com o Golpe Civil-militar de 1964. Com o golpe, instaurou-se no país, uma ditadura militar que por mais de vinte anos suprimiu os anseios democráticos do povo brasileiro. Os opositores a esse regime foram amplamente perseguidos, tiveram seus direitos políticos cassados, alguns foram obrigados a exilar-se, e alguns outros acabaram por morrer nas mãos da repressão e da tortura implementada pelo estado brasileiro.

Os movimentos pela redemocratização conseguiram ganhar força apenas no final da década de 1970, quando foi aprovada a lei da anistia. Em 1985, após dezenove anos de ditadura, através de eleição indireta, novamente um civil voltou a ocupar a presidência da República. Em 1989, após um período de vinte e nove anos, um presidente novamente foi eleito pelo voto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do presente trabalho, procuramos analisar e compreender o processo da eleição presidencial brasileira no ano de 1960, a partir da cobertura realizada pelo Jornal Folha de São Paulo nos meses que antecederam o pleito. A vasta quantidade de fontes encontradas e a sua organização contribuíram de forma qualitativa para o andamento da pesquisa. Além das fontes, os referenciais teóricos utilizados também foram de crucial importância para os resultados obtidos.

O processo de democratização do país iniciado em 1945 demonstrou extrema fragilidade e insegurança. As forças políticas que se organizaram, em sua maioria não estavam habituadas com o exercício da democracia. O menor sinal de divergências ou descontentamentos, faziam surgir manifestações de autoritarismo, insubordinação, revolta e golpismo. As forças armadas desempenharam um papel ativo no cenário político, em todos os pleitos presidenciais entre 1945 e 1960 militares ocuparam a posição de candidatos.

O jornal Folha de São Paulo, inserido neste contexto, junto a outros veículos de imprensa, desempenhou um papel fundamental no jogo do poder. Além de noticiar, possuiu também a função de influenciar os resultados políticos em cada eleição. É importante ressaltar que, sendo uma empresa, o primeiro compromisso de um jornal é para com o interesse de seus proprietários, e no caso da Folha, isso fica evidenciado ao analisarmos os diferentes posicionamentos adotados pelo periódico, relacionados a temas sensíveis ao interesse público e nacional, como por exemplo, a industrialização e a cultura do café. A eleição presidencial de 1960 representou o último capítulo do período democrático brasileiro iniciado em 1945. A bonança econômica oriunda do governo JK, e as candidaturas lançadas apontavam para a continuação da estabilidade política que se mantivera desde 1956.

A candidatura do marechal Lott, representava a continuidade do governo desenvolvimentista de JK, enquanto a candidatura de Jânio Quadros representava as pautas conservadoras defendidas pela UDN, por grandes parcelas das Forças armadas e também da população em geral. Após assumir a presidência em 1961, Jânio Quadros iniciou o novo governo com forte apoio da imprensa. Esse apoio ficou evidenciado nos editoriais da Folha de São Paulo analisados durante a pesquisa. No entanto, a adoção da política externa independente, dentro do contexto da guerra fria, acabou por gerar o descontentamento e a oposição por parte das forças políticas que o apoiavam.

O isolamento do presidente Jânio Quadros, somado a fatores até hoje desconhecidos, culminaram com a sua renúncia, que acabou por mergulhar novamente o país em uma grave crise institucional que culminou no Golpe Civil-militar de 1964.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889–1930**. São Paulo: FGV: 2015.
- BLOCH, M. 1976. **Introdução à História**. 3ª ed. Coleção Saber. Lisboa: Europa-América.
- BORGES, Vavy Pacheco. **História Política: Totalidade e Imaginário**. In Revista Estudos Históricos. Vol. 9, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. p. 151-160.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro. Zahar, 2005.
- CAPELATO, Maria H.R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto / EDUSP: 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.
- FERREIRA, J. (org.). 2001. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERREIRA, Marieta de M. **A Nova “Velha História”: O Retorno da História Política**. In Revista Estudos Históricos. Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. p. 265-271.
- LE GOFF, Jacques. **História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MARTINS, Ana L. LUCA, Tania R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOTA, Carlos G. CAPELATO, Maria H.R. **História da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Impres: 1980
- MOTTA, R. P. S. 2004. **João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura**. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. & MOTTA, R. P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: USC.
- QUELER, Jefferson J. **Entre o Mito e a Propaganda Política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)**. Campinas, SP: [sn], 2008
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- PINSKY, Carla B. P (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castello Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1982.

ZICMAN, Renée B. **História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas**. Revista Projeto História, nº4. São Paulo: PUC, 1985, p. 89-103.

VILLA, M. A. 2004. **Jango: um perfil (1945-1964)**. São Paulo: Globo.

FONTES

Verbetes CPDOC Folha de São Paulo. **FGV/CPDOC**. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>> Acesso em 13/10/2021.

Verbetes CPDOC Jânio Quadros. **FGV/CPDOC**. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros> Acesso em 13/10/2021.

Verbetes CPDOC Partido Trabalhista Brasileiro. **FGV/CPDOC**. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidotrabalhista-brasileiro-1945-1965>> Acesso em 13/10/2021.

Verbetes CPDOC Queda de Vargas e fim do Estado Novo. **FGV/CPDOC**. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>> Acesso em 13/10/2021.

Verbetes CPDOC Redemocratização e eleições de 1945. **FGV/CPDOC**. Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>> Acesso em 13/10/2021.

O espelho cubano. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 12/03/1935. p. 6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=28236&anchor=4559832&origem=busca&originURL=&pd=24b6b332c982b17bef6b79f3eba8b8a8>>. Acesso em: 09/10/2021.

Gazetilha. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 13/07/1947. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=23842&keyword=partidos&anchor=190221&origem=busca&originURL=&pd=b1f1a4e22ea8b0447e11127695325c07>>. Acesso em: 09/10/2021.

Falta de confiança na ação do governo. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 09/08/1952. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=29295&anchor=4602609&origem=busca&originURL=&pd=a2ed9335503b979fb50fe33707e37e6a>>. Acesso em: 09/10/2021.

Duas Candidaturas à presidência da república serão lançadas esta semana. **FOLHA DA NOITE** (Brasil). São Paulo, 20/04/1959. p. 2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=44825&anchor=5377696&origem=busca&originURL=&pd=a013716c88154791af537a6a275dc8c4>>. Acesso em: 09/10/2021.

Declarações do sr. Carlos Lacerda. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 16/05/1959. p.

3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=31355&anchor=4587245&origem=busca&originURL=&pd=37ccab623bab91766db4f9c199bb7f80>>. Acesso em: 09/10/2021.

“Flashes” do Senado. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 24/05/1959. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=31362&anchor=4588037&origem=busca&originURL=&pd=a1122b4151bff78da7af86831b90e571>>. Acesso em: 09/10/2021.

Antecipado para hoje o lançamento da candidatura do sr. Ademar de Barros. **FOLHA DA MANHÃ** (Brasil). São Paulo, 02/06/1959. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=31369&anchor=5386163&origem=busca&originURL=&pd=6a7c0872be665b0f6badc2dede950fa4>>. Acesso em: 09/10/2021.

Um só nome para nossos três jornais. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 01/01/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=2&anchor=5386951&origem=busca&originURL=&pd=2294589e5ecc9af439b8b81ff91a2915>>. Acesso em: 09/10/2021.

Juscelino vs. João Goulart. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 05/01/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=4&anchor=5387030&origem=busca&originURL=&pd=1579e200a168812616a17a9fff1a3d2d>>. Acesso em: 09/10/2021.

Fim das Manobras. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 16/02/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=40&anchor=4501743&origem=busca&originURL=&pd=d42abe46614a41f3769e5a9e6b3d93e2>>. Acesso em: 09/10/2021.

Empossado o mal. Denys no Ministério da Guerra. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 16/02/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=40&anchor=4501743&origem=busca&originURL=&pd=d42abe46614a41f3769e5a9e6b3d93e2>>. Acesso em: 09/10/2021.

Grande manifestação popular ao mal. Lott. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 16/02/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=40&anchor=4501743&origem=busca&originURL=&pd=d42abe46614a41f3769e5a9e6b3d93e2>>. Acesso em: 09/10/2021.

A Vice-Presidência: Barril de Pólvora. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 27/02/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=50&anchor=4504773&origem=busca&originURL=&pd=458160203393af3c5b90d4ceebf785d3>>. Acesso em: 09/10/2021.

Novo Tom. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 01/03/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=52&anchor=4475497&origem=busca&originURL=&pd=22bbdd81c5801bde6c4405a524d842e>>. Acesso em: 09/10/2021.

Jango e o “Jan-Jan”. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 10/09/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=216&anchor=4490958&origem=busca&originURL=&pd=698aee0362889e2df1c3a9233550d046>>. Acesso em: 09/10/2021.

Jânio e Jango responsabilizados pelo movimento Jan-Jan. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 15/09/1960. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=220&anchor=4491580&origem=busca&originURL=&pd=a4212e0e386cbe39f7b9a6055b0dad2d>>. Acesso em: 09/10/2021.

Nem Sangue, nem lágrimas. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 01/02/1961. p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=339&anchor=5387803&origem=busca&originURL=&pd=07c3ac249504d8ef494fac96a5fa6393>>. Acesso em: 09/10/2021.

Confiança no Regime. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 01/06/1961. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=441&anchor=4484236&origem=busca&originURL=&pd=9fc875dbf48a7676de16d949f4f19fa3>>. Acesso em: 09/10/2021.

A Gota Dagua. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 22/08/1961. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=511&anchor=4489511&origem=busca&originURL=&pd=6e4707f6cd5c367b4978b72d29a99f03>>. Acesso em: 09/10/2021.

Pena Boto pede ao Congresso o "impeachment" de Janio. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 22/08/1961. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=511&anchor=4489511&origem=busca&originURL=&pd=6e4707f6cd5c367b4978b72d29a99f03>>. Acesso em: 09/10/2021.

Preserve-se a Ordem Pública. **FOLHA DE SÃO PAULO** (Brasil). São Paulo, 23/08/1961. p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=512&anchor=4489576&origem=busca&originURL=&pd=a378b0412943644626f4d95c8fc4e3e9>>. Acesso em: 09/10/2021.